

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIA E CONTABILIDADE
CURSO DE CIENCIAS ECONOMICAS

ASPECTOS DA CRISE DA ECONOMIA ESCRAVISTA NO BRASIL, SUA DERROCADA
E A GENESE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

ANTONIO HORACIO BARBOSA JUNIOR

FORTALEZA (CE), DEZEMBRO DE 1993

ANTONIO HORACIO BARBOSA JUNIOR

ASPECTOS DA CRISE DA ECONOMIA ESCRAVISTA NO BRASIL, SUA DERROCADA
E A GENESE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

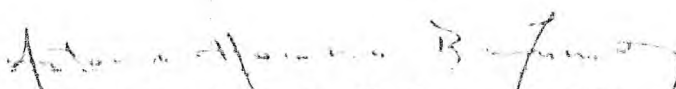
Monografia submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômi-
cas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabi-
lidade, como requisito parcial para a obtenção do Título de Ba-
charelado em Ciências Econômicas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA - UFC

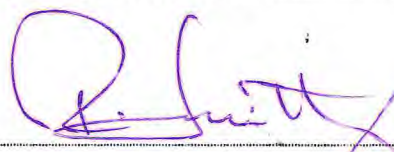
FORTALEZA (CE), DEZEMBRO DE 1993

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, encontrando-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da Magnífica Universidade.

A citação de qualquer trecho deste trabalho de pesquisa é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.


Antonio Horacio Barbosa Junior

Monografia aprovada em _____ / 01 / 1994

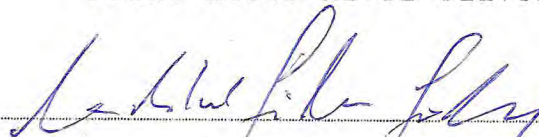


Prof. Roberto Smith
Orientador

Profª Sandra Maria Santos Cartaxo
Coordenadora



Prof. Aécio Alves Oliveira


Prof. Geraldo Nobre

A G R A D E C I M E N T O S

Ao meu orientador, **Prof. Dr. Roberto Smith** pela dedicação, paciência e voluntariedade em guiar-me pelos emaranhados da história econômica brasileira, tornando claro para mim seus aspectos obscuros e não compreendidos.

Ao meu Colega e Amigo, **José Ediran** pelo companheirismo nesses anos de Faculdade e pelas orientações na melhor utilização dos computadores para a elaboração deste trabalho.

DEDICAÇÃO ESPECIAL

Aos Meus Pais,

Antonio Horacio Barbosa e Maria de Andrade Barbosa, responsáveis pela minha vida e pelos seus esforços na tentativa de que pudéssemos chegar com imensas dificuldades, porém com dignidade, até aqui.

EPIGRAFE

" ...Os sonhos, um por um, céleres voam, como voam as pombas dos pombais; "

(Raimundo Correia)

" Que tão célere quanto o voar dos nossos sonhos, seja, o surgimento de tantos outros em cada um de nós. E que os inesgotáveis sonhos individuais possam ser traduzidos na realidade viva de um Brasil mais justo. "

(Antonio Horacio Barbosa Junior)

RESUMO

Esta monografia terá início com o estudo do escravismo colonial no Brasil, levando-se em consideração os principais aspectos característicos deste modo de produção. A crise da economia escravista terá um enfoque central, buscando-se identificar suas causas, bem como seus efeitos sobre a economia do Brasil-colônia.

Em seguida será verificada a "independência" brasileira, levando-se em consideração os seus principais condicionantes externos, bem como aqueles ligados à realidade político-econômica interna.

Logo após, daremos ênfase à ascensão da economia cafeeira no cenário brasileiro, levando-se em consideração a sua problemática central, qual seja, o suprimento de mão-de-obra, bem como as transformações advindas da utilização de mão-de-obra livre no país.

O último capítulo tratará da questão da industrialização na sua gênese, buscando-se identificar os condicionantes internos e externos que contribuíram para sua viabilização.

Finalmente procuraremos trazer as principais conclusões encontradas neste trabalho de pesquisa para uma reflexão da realidade presente do Brasil.

S U M A R I O

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I - A ECONOMIA ESCRAVISTA COLONIAL NO BRASIL	
1. Características e bases de sustentação	04
2. Apogeu e declínio	10
3. Pressões internacionais	25
CAPITULO II - FORTALECIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA	
1. Condicionantes internos/externos	33
2. Acumulação de capital enquanto acumulação mercantil	41
3. Trabalho e equacionamento da questão da mão-de-obra	45
CAPITULO III - GENESE E IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL	
1. Mudanças no capital mercantil	56
2. Formação do mercado interno	60
3. Avanços tecnológicos	63
4. A industrialização	67
CONCLUSÃO	78
BIBLIOGRAFIA	83

INTRODUÇÃO

Dentre os vários ramos de atuação da Ciência Económica, talvez nenhum tenha um grau de complexidade maior do que a história económica. Mergulhar nos seus aspectos específicos em busca da compreensão dos mesmos é tarefa das mais difíceis, que exige grande sacrifício e enorme dedicação. No entanto a sua importância torna-se de fundamental relevância para a compreensão da realidade económica de qualquer país.

Este trabalho de pesquisa objetiva o estudo da história económica brasileira desde a sua fase inicial onde esteve vigente o escravismo colonial. Nele serão analisadas as principais características deste modo de produção, procurando-se identificar suas bases de sustentação. Logo em seguida verificaremos os principais condicionantes da crise que determinou a passagem do Brasil para um Estado "independente" do jugo lusitano.

Ainda dentro do escravismo colonial, a problemática do suprimento de mão-de-obra que esteve presente na economia brasileira desde a sua formação será enfocada de forma central, procurando-se identificar a sua real importância para a sustentação dos interesses mercantis relacionados à manutenção do tráfico escravo.

Logo em seguida à "Independência" verificaremos a ascensão da economia cafeeira no cenário económico do país, procurando identificar a lógica de sua acumulação, bem como as transforma-

ções que ocorreram no país e que podem ser atribuídas ao cultivo do café em larga escala.

A extinção do tráfico negreiro e a posterior abolição da escravidão no Brasil serão analisadas posteriormente, de forma a buscar-se identificar suas causas, sejam elas internas ou relacionadas à conjuntura internacional da época. Além disso, buscaremos explicitar as consequências advindas da utilização do trabalho livre para a economia do país.

No terceiro e último capítulo desta monografia faremos o estudo da gênese do processo de industrialização nacional, na tentativa de encontrar os seus principais condicionantes. De que maneira a economia cafeeira influenciou esse processo, de forma a garantir a implantação da industrialização no Brasil e qual a parcela da influência do capitalismo internacional nisso, será o problema central sob o qual nos ateremos nesta seção.

Finalmente procuraremos tirar conclusões, a respeito das análises desenvolvidas durante todo o trabalho, buscando-se sempre a melhor compreensão da atual realidade brasileira através da análise de nossa história econômica.

CAPITULO I

A ECONOMIA ESCRAVISTA COLONIAL NO BRASIL

1. Características e Bases de Sustentação

O escravismo mercantil colonial, foi o modo de produção que esteve vigente a partir dos primórdios da Idade Moderna como resultante do expansionismo comercial europeu (final do século XV e início do século XVI) e inserido na lógica mercantilista. Segundo Gorender, o escravismo colonial foi um modo de produção que surgiu sem nenhum precedente na história do homem: "O estudo da estrutura e dinâmica do modo de produção escravista colonial, demonstrará que se tratou de um modo de produção historicamente novo." (1) Neste sistema as relações escravistas de produção assumem um caráter preponderante, dentro da estruturação de ordem colonial mercantilista que era de uma total subordinação da colônia em relação à metrópole. No entanto, o escravismo foi uma das formas de trabalho compulsório presentes na estrutura de produção colonial. Existiam outras formas de trabalho compulsório, como a servidão temporária.

No escravismo colonial existia um aparente caráter dual nas relações metrópole colônia, no sentido de que ambas detinham atribuições definidas. No entanto, na realidade, elas demonstravam unicidade em função da interdependência entre ambas com atribuições de complementariedade a cada uma. Este entrosamento apresentava-se sob a égide da dominação metropolitana que impunha à sua subordinada toda uma estrutura político-econômica que infligia à esta os grilhões da dependência.

(1) GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo. Atica. 1980, p. 54.

A base de sustentação econômica do escravismo colonial era o capital mercantil apropriado no âmbito da circulação como sugere Smith, " a produção colonial é produção mercantil, moldada pelo comércio, submetida pela circulação "(2), com uma produção voltada inteiramente para o mercado externo. No entanto, a apropriação do excedente já se verificava mesmo antes da produção de qualquer natureza, ou seja, através da comercialização do próprio trabalho escravo, motriz de toda a produção sob o escravismo colonial. Uma de suas peculiaridades mostrada por Martins referindo-se ao escravo é a de que " antes de ser o produtor direto, ele (o escravo) tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro já antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois." (3) Por outro lado a apropriação do excedente não pára aí. Uma outra forma de espoliação do trabalho se fazia presente diretamente no processo produtivo quando os trabalhadores escravos eram submetidos a uma vida sub-humana com o intuito do barateamento do custo de produção visando ao consequente aumento do excedente apropriado. Isto parece demonstrar uma irracionalidade uma vez que esse tratamento animalesco dispensado ao homem-escravo, na prática significava a aceleração da depreciação daquilo considerado como objeto, o escravo. No entanto, este caráter espoliativo e predatório de exploração com a dilapidação do

(2) SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra e Transição*. São Paulo. BRASILIENSE. 1990, p.341.

(3) MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo. HUCITEC, 1986, p. 14.

trabalho e dos recursos naturais é uma característica intrínseca do sistema escravista colonial mercantil.

A viabilização da apropriação do excedente gerado na colônia e apropriado pela Coroa e pela burguesia comercial da metrópole seguia uma estrutura montada pelo governo metropolitano na colônia através de seus aparelhos administrativo, fiscal e também repressivo. O mercado era organizado de forma a garantir ao Estado absolutista o monopólio do comércio na colônia, o que é historicamente denominado de "exclusivo metropolitano". Neste contexto a economia colonial torna-se extremamente especializada, produzindo-se nas colônias simplesmente os produtos de maior interesse do mercado europeu, sendo compulsória às regiões coloniais a compra de artesanatos, manufaturados ou outros bens necessários ao seu suprimento diretamente da metrópole. Este mecanismo de troca desigual é enfatizado em Novais: "concentrando os fatores na produção de alguns poucos produtos comerciáveis na Europa, as áreas coloniais se constituem ao mesmo tempo em outros tantos centros consumidores europeus".(4) Desta forma é fácil de duzir a existência de lucros consideráveis para a burguesia comercial européia, em função do rebaixamento acentuado dos preços dos produtos coloniais diante da elevação exorbitante dos preços de importados para a colônia, implicando esta especialização forçada na forma principal de transferência da riqueza colonial para a metrópole.

(4)NOVAIS, Fernando A. **O Brasil Nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. IN Mota, Carlos Guilherme, Organizador. **Brasil em Perspectiva**. Sao Paulo. Difusão Editorial S/A, 1978. p. 58.

Ainda dentro de uma situação de total subordinação da colônia em relação à metrópole pode-se verificar a forma preponderantemente escravista de produção, contrariamente à situação para onde tendia a Europa, com o crescimento e generalização do assalariamento nas relações de produção a partir do século XVIII. Sobre isso encontramos em Novais a referência que explica essa contradição: "de fato, a possibilidade de utilização do trabalho livre, na realidade mais produtivo e, pois, mais rentável em economia de mercado, ficava bloqueada na situação colonial pela abundância do fator terra; seria impossível impedir que os trabalhadores assalariados optassem pela alternativa de se apropriarem de uma gleba desenvolvendo atividades de sua subsistência. E em função dessas determinações que renasce na época moderna, no mundo colonial, a escravidão e toda uma gama de formas servis e semi-servis de relações de trabalho, precisamente quando na Europa tende a se consolidar a evolução no sentido contrário, isto é, da difusão cada vez maior do regime assalariado."^(*) Apenas através da compulsoriedade do trabalho seria possível fazer alguém trabalhar para o outro aonde existia uma grande quantidade de terras livres. Nesse caso o interesse dos colonos seria o de trabalhar de forma autônoma e independente. No entanto, seria um anacronismo a utilização de mão-de-obra assalariada em terras coloniais recém-descobertas, uma vez que até o século XVII a utilização do assalariamento na Europa apresentava-se de forma residual. Por

(*)id. ibid. p. 59

outro lado a utilização de mão-de-obra livre retiraria da burguesia comercial européia uma importante fonte de lucros, o comércio de negros escravos. Em função disso e porque era parte integrante da obtenção do lucro mercantil, é que o tráfico negreiro passou a desempenhar um papel de relevante significado, seja como uma atividade que proporcionava intensa acumulação de capital para os traficantes, seja através do fortalecimento da posição da metrópole em relação às potências concorrentes. Sobre isto encontramos ainda a referência em Novais: "como setor da economia do sistema colonial, a importância do tráfico negreiro tornou-se excepcional: de seu funcionamento dependia em última instância a elaboração dos produtos coloniais. Por isso, não é de admirar que em torno deste negócio se desencadeasse a mais agressiva competição entre as potências".(*) Seria de fundamental importância pois, a hegemonia do tráfico negro. Era dele que dependia o suprimento de mão-de-obra e em consequência disto a viabilização da produção sem a qual não haveria a apropriação do excedente através da comercialização, com a qual se pagava a compra de mais escravos.

Em função do "exclusivo metropolitano" que garantia à nação dominante a venda daquilo que mais lhe convinha para a colônia, nesta era praticamente inexistente, porque vedada, a atividade manufatureira. A alta especialização imposta à colônia voltada para exportação, eliminava a possibilidade de intercâmbio inter e intra-regional, estabelecia uma baixa monetização das

(*)NOVAIS, Fernando A., id. ibid. p. 60.

2. Apogeu e Declínio

A história do escravismo colonial mercantil no Brasil está diretamente ligada à vida da metrópole, Portugal, dentro da ótica de dominação metropolitana. As políticas implementadas na colônia nada mais eram do que o reflexo de interesses alheios aos locais. Além disso havia o interesse mercantil de outras nações emergentes na época colonial pelas riquezas naturais brasileiras.

O período em que Portugal esteve sob o domínio espanhol (1580 a 1640), trouxe para aquele, gravíssimas conseqüências, muito embora não tenha perdido a sua autonomia. O reino português saiu enfraquecido após cessar o jugo espanhol. Isto é assim referido por Caio Prado Júnior: "Portugal sairia arruinado da dominação espanhola, a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com quem a Espanha estivera em luta quase permanente, ocuparão, para não mais a devolver, boa parte das possessões portuguesas."(7) Algumas colônias no Oriente que ainda permaneceram sob seu domínio eram pouco atrativas economicamente. Em função disto, perdeu Portugal o importante comércio asiático. Ainda nas palavras de Caio Prado Jr., "efetivamente só lhe sobriam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses da África. Estas aliás só valerão como fornecedores de escravos para o Brasil."(8) Ainda um outro aspecto deve ser lembrado em relação ao enfraquecimento do império

(7) PRADO, Caio Jr. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. BRASILIENSE, 1976, 24ª Edição, p. 49.

(8) id. Ibid. p.49

português, qual seja a exposição das riquezas brasileiras aos ataques de outras nações. Estas só reconheciam a soberania em terras conquistadas de quem efetivamente as ocupassem.

Desta forma, tornou-se imperativo para Portugal a ocupação e colonização brasileira. De imediato, no entanto surgiu o primeiro e grande empecilho, os poucos recursos da Coroa e a falta de interesse do povo português em geral pelas terras americanas. Necessário se fazia, portanto, a ocupação com exploração econômica buscando-se extrair da produção o financiamento da defesa do território. A produção agrícola surge como alternativa viável diante do fato de os portugueses não conseguirem obter o mesmo êxito na extração de metais preciosos conseguido pelos espanhóis na América, pelo menos inicialmente. O crescimento da demanda europeia pelo açúcar, combinado à existência de clima e solos favoráveis ao plantio da cana abre espaço para o cultivo deste produto principalmente no nordeste brasileiro. Além disso e principalmente, segundo Furtado, "um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escala relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu: o açúcar." (*) Assim, a exploração portuguesa no Brasil apresentou-se como redenção da fadada e decadente, até então, potência europeia. Por outro lado, o enfraquecimento econômico e político de Portugal representou para o território brasileiro povoamento e "prosperidade". Por volta

(*) FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 1985, 20ª edição, p. 9.

de 1750 os portugueses ocuparam de forma efetiva praticamente todo o território que atualmente forma o Brasil.

Tem início a exploração agrária no Brasil através da grande propriedade monocultural movida pelo trabalho escravo. Isto é justificado por Caio Prado Jr.: "a cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações. Já para desbravar convenientemente o terreno (tarefa custosa neste meio tropical e virgem tão hostil ao homem) tornava-se necessário o esforço reunido de muitos trabalhadores; não era empresa para pequenos proprietários isolados. Isto feito, a plantação, a colheita e o transporte do produto até os engenhos onde se preparava o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes. Nestas condições o pequeno produtor não podia subsistir." (10) No entanto havia disparidades em relação ao tamanho das propriedades. A economia da "plantation" se realizava dentro do grande empreendimento, ainda que subsistisse no seu interior a pequena produção. "Entre os 128 lavradores que compareceram ao Engenho Sergipe do Conde, de 1622 a 1653, encontramos fornecedores de 1 a 37 tarefas, sendo que a maioria moía entre 1 e 10 tarefas." (11) E é dentro desta organização de produção que o açúcar ganhou importância na economia escravista colonial brasileira. Este produto será sua base de sustentação por cerca de 150 anos, levando a até então colônia portuguesa à posição de maior produtor mundial já por volta dos anos 1650. No entanto, paralelamente ao cultivo da cana no decorrer do tempo surgiram produtos outros também destinados ao mercado externo, como o tabaco, pro-

(10) Op. Cit. p.33

(11) FERLINI, Vera Lúcia Amaral, **Terra, Trabalho e Poder**, São Paulo, BRASILIENSE, p. 221.

relações de troca caracterizando um mercado interno desprezível, sem qualquer dinamismo. A concessão de terras pela Corôa condicionada à sua exploração e com cláusula de reversibilidade (estatuto da sesmaria), na verdade impunha à colônia uma grande concentração fundiária. Isto garantia a uma pequena parcela da população portuguesa na colônia a possibilidade de apropriação de grandes margens de lucros e por conseguinte de enriquecimento. Porém não era a quantidade de terras que determinava a acumulação escravista. O objetivo central do produtor escravista colonial era a compra de mais escravos, e produzir e exportar com o intuito de investir numa quantidade sempre crescente de mão-de-obra cativa. Isto lhe possibilitava o aumento da produção e conseqüentemente maior acumulação, diante do fato de que a obtenção dos empréstimos para o custeio da produção, bem como para ampliação das unidades produtivas, exigia como garantia não a unidade produtiva (a terra), mas a produção futura esperada que dependia da quantidade de escravos.

duzido inicialmente no começo do século XVII, utilizado como meio de pagamento na África, quando da aquisição de escravos. Além do setor exportador devemos citar aquele produtor de bens de subsistência, principalmente produtos alimentícios e peças manufaturadas para o engenho ou para o transporte e armazenagem do açúcar. No entanto este setor estava totalmente atrelado ao cultivo e beneficiamento do principal produto de exportação. Outra atividade importante neste período era a pecuária que além de ser responsável pelo abastecimento de carne para a população e tração animal contribuía para o povoamento do interior do território.

O açúcar era uma especiaria na Europa da época colonial. Era vendido em pequenas quantidades e a altos preços. Isto gerava uma certa dúvida em relação à viabilidade da produção açucareira em larga escala, uma vez que não se tinha a certeza da possibilidade da formação de um amplo mercado consumidor para o produto. Os avanços técnicos conseguidos pelos portugueses na manufatura de equipamentos necessários ao engenho, além do consorciamento destes à experiência comercial dos flamengos, a partir de meados do século XVI, representaram alguns dos principais condicionantes do sucesso da produção açucareira no Brasil-colônia. No entanto, a participação flamenga na expansão e sucesso da empresa agrícola colonial em território brasileiro não se restringiu a isto. O financiamento de grande parte da aquisição dos equipamentos dos engenhos de açúcar, bem como da compra de mão-de-obra escrava, fora feito através de capital flamengo, principalmente holandês. Isto foi fundamental para viabilizar o projeto colonizador português uma vez que Portugal, apesar de já deter o "know-

how" do processo de fabricação açucareira não dispunha de capital próprio suficiente para custear sua viabilização. Também a grande quantidade de mão-de-obra necessária ao cultivo da cana não a possuíam os lusitanos. Além disso, os holandeses foram responsáveis pela difusão do consumo e aumento da distribuição do açúcar refinado na Europa.

Além dos recursos e conhecimentos técnicos necessários ao cultivo, faltava o suprimento de braços que a cultura da cana exigia. Em função disso tem-se que destacar a importância do fortalecimento de outro comércio para as nações européias, qual seja, o de negros escravos. Inicialmente recorreu-se à mão-de-obra indígena autóctone para o cativeiro, sendo esta em seguida substituída pela mão-de-obra negra. Isto explica o interesse da burguesia comercial européia pela produção colonial com utilização de mão-de-obra cativa de forma preponderante. Como afirma Barros de Castro: "O capital mercantil europeu tem agora assegurado um fluxo crescente de comércio de longa distância. Cabe-lhe financiar, distribuir e revender mercadorias na Europa."⁽¹²⁾ A explicação para utilização de mão-de-obra negra africana na economia colonial, parece fazer mais sentido neste contexto. Não foi portanto, o baixo contingente populacional europeu que determinou a existência do lucrativo tráfico negreiro, mas como afirma Novas: "é a partir do tráfico negreiro que se pode a escravidão africana colonial, e não o contrário". Isto é fundamental para o entendimento do escravismo colonial mercantil.

(12) CASTRO, Barros de, *As mãos e os Pés do Senhor de Engenho - Dinâmica do Escravismo Colonial*. IN Pinheiro, Paulo Sérgio, Org. Trabalho Escravo, Economia e Sociedade. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1978, p. 45.

Os resultados financeiros da exploração agrícola no Brasil-colônia para os portugueses foram animadores. Os esforços na tentativa de reerguer a nação lusitana pareceram compensados. No entanto a ocupação e colonização no Brasil apresentaram-se de forma problemática. A partir da metade do século XVII quando teve início uma forte emigração portuguesa para a colônia, também aumentaram os problemas. "Mas a afluência ininterrupta de grandes levadas de colonos provocara um grande distúrbio do equilíbrio econômico e social da colônia. A concorrência dos recém-vindos, que procuram naturalmente desalojar os já estabelecidos de suas posições, dará origem a um conflito permanente que não raro degenerou em luta armada. Os últimos anos do século XVII e primeira metade do século seguinte caracterizam-se por uma sucessão de atritos mais ou menos graves entre os naturais da colônia e os adventícios. O reforçamento da administração pública e da coação metropolitana conseguiram superar a situação em meados do século XVIII, impedindo-a de degenerar em violências. Mas as rivalidades continuarão surdamente e irão explodir afinal, em princípios do século passado, nas lutas pela emancipação."⁽¹³⁾ A verdade é que o crescimento da população colonial exigiu cada vez mais a presença dos aparelhos administrativos e repressivos do governo metropolitano. Serão retirados cada vez mais o poder concedido aos donatários em proveito de governadores nomeados pelo Rei. Isto teve início a partir do final do século XVII. Por volta dos anos 1750 todas as capitanias terão voltado para o domínio direto do governo português.

(13) PRADO, Caio Jr., op. cit. p. 50

Foi marcante para a economia escravista colonial no Brasil o seu caráter cíclico, com períodos de grande prosperidade e abundância, intercalados por outros de estagnação e decadência. O primeiro grande surto exploratório aconteceu de forma célere nos primórdios da formação brasileira com a exploração do pau-brasil. Isto foi justificado pela grande procura das manufaturas européias de tecido e de móveis pela madeira vermelha ou "ibiritanga" como era conhecida em língua tupi. A sua exploração teve um período relativamente curto em função da forma predatória como era conduzida, obrigando aos portugueses a busca de um substituto para este produto.

Até o final do século XVIII predominou no Brasil-colônia o cultivo da cana-de-açúcar embalado pelo seu alto preço. Muito embora política e economicamente subordinada à burguesia mercantil européia, a classe proprietária produtora na colônia (os senhores de engenho) conheceram riqueza e ostentação. No entanto já em fins do século XVII a economia colonial mercantil brasileira se depara com um grande choque em suas exportações em função da produção açucareira nas Antilhas. Mais uma vez, a exploração monocultural escravista sofre em decorrência de sua própria estrutura. Novamente, o "exclusivo metropolitano" que restringia o surgimento de um mercado interno consistente, combinado à especialização forçada da colônia na produção de um único produto exportável a tornava excessivamente vulnerável e frágil.

A aparente recuperação de Portugal no século XVIII acontecerá em função dos vários acordos firmados entre a Coroa lusitana e os ingleses, sendo que estes acordos foram totalmente favoráveis à Inglaterra. Como explica Furtado: "Portugal fazia

concessões econômicas e a Inglaterra pagava com promessas ou garantias políticas." (14) A decadência da economia colonial em função do crescimento da oferta do açúcar no mercado internacional a partir de meados do século XVII foi um forte golpe na estrutura econômica já débil do reino português. Os problemas relativos ao agravamento do déficit da balança comercial no final do século XVII obrigam Portugal a mudar a política vigente. Os portugueses se viram obrigados a reduzir as importações, e em contrapartida a impulsionar a produção manufatureira. Este novo direcionamento que afetaria sensivelmente a colônia não entrou em vigor, em função das descobertas auríferas no primeiro decênio do século XVII. Isto é confirmado através do acordo de Methuen, celebrado entre Portugal e Inglaterra em 1703. Este acordo obrigou os portugueses a abandonarem a idéia do desenvolvimento manufatureiro, transferindo para a Inglaterra os benefícios da exploração aurífera em terras brasileiras. Isto se deu em função da abertura do mercado brasileiro, em crescimento com a exploração do ouro, para os produtos industriais ingleses. Após a celebração desse tratado, Portugal passou a ser um simples entreposto das relações comerciais Brasil-Inglaterra.

A decadência da economia colonial açucareira caracterizada pela queda de preço do açúcar no mercado internacional foi substituída por um novo surto exploratório, a partir do início do século XVIII, que reerguerá mais uma vez a economia colonial escravista mercantil no Brasil. Durante mais de 70 anos o ouro sustentou o luxo e ostentação européia, principalmente inglesa.

(14) FURTADO, Celso. Op cit. p. 33

segundo Furtado: "Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro da Europa." Paralelamente contribuiu para preservar o sonho português de voltar a ser uma grande potência. Ainda nas palavras de Furtado, "o ciclo do ouro constitui um sistema mais ou menos integrado, dentro do qual coube a Portugal a posição secundária de simples entreposto. A economia do ouro proporcionou apenas uma aparência de riqueza, repetindo o pequeno reino a experiência da Espanha no século anterior."^(1*) A exploração aurífera no Brasil-colônia inaugurou uma nova relação entre metrópole e colônia. Foi organizado, pelo governo português um forte aparato fiscalizador que garantia à coroa a arrecadação de pesados tributos.

Ainda a nível interno ocorreram grandes mudanças em função da "febre do ouro", com uma grande corrente migratória em busca das regiões auríferas. Em Furtado encontramos que: "de Firatininga a população emigrou em massa, do nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil." E em seguida conclui: "a economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia."^(2*) Em função disso, muito embora ainda exista como base da produção o trabalho escravo, os ca-

(1*) FURTADO, Celso. Op cit. p. 35

(2*) FURTADO, Celso. Op cit. p. 73

tivos já não mais representavam maioria da população na economia mineira. Por outro lado, o escravo ganha mais autonomia na execução das tarefas relativas à extração do ouro. Alguns chegam até a trabalhar por conta própria pagando uma certa quantia ao seu dono e eventualmente chegando a comprar a sua liberdade.

A economia mineira também determinou transformações nos setores que serviam de sustentação à sua viabilização. Como a exploração aurífera dava-se no interior, as grandes distâncias a serem percorridas eram um entrave ao trabalho daqueles que se dedicavam à extração do ouro. A concentração de grandes levadas de migrantes para as regiões das minas determinava a necessidade de produtos de subsistência para aqueles que lá estavam. Além disso necessário se fez o surgimento de fundições rudimentares para a manufatura e consertos dos equipamentos utilizados na exploração aurífera, ou mesmo para abastecer os tropeiros de ferraduras para os animais de transporte. Tem-se com isto uma nova dinâmica interna na economia colonial, até então não vista desde o início da ocupação e colonização brasileira.

A exploração aurífera no Brasil foi feita de forma predatória, sem levar em consideração os aspectos técnicos necessários ao melhor aproveitamento dos áureos aluviões. As regiões mais ricas, rapidamente atraíam para si um maior contingente de exploradores. Isto determinava quase sempre a sua rápida exaustão. A primeira metade do século XVIII é caracterizada pelo aumento das exportações de ouro brasileiro, sendo que alcança seu clímax por volta de 1760, segundo Furtado, quando "atingiu cerca de 2,5 milhões de libras."⁽¹⁷⁾ No entanto, a renda média da eco-

(17) FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 78

nomia mineira foi bastante inferior à presente na economia açucareira quando em seu auge. A dinamicidade da economia mineira impulsionando a formação de um mercado interno mais diversificado parece ter contribuído para o nascimento de manufaturas no Brasil à partir da segunda metade do século XVIII. No entanto a falta de mão-de-obra especializada ainda era um fator limitativo. A importação de mão-de-obra especializada de Portugal não poderia acontecer pelo simples fato do reino português, após o acordo de 1703 com a Inglaterra, na realidade transformar-se numa verdadeira colônia agrícola, impedindo o desenvolvimento do surto manufatureiro do final do século XVII. Os portugueses tinham como principal produto de exportação o vinho, importando da Inglaterra produtos manufaturados, cobrindo o déficit da sua balança comercial através do ouro brasileiro. Por outro lado, não havia para a economia mineira colonial brasileira uma possibilidade maior de ter acesso à novas tecnologias trazidas pela revolução industrial inglesa à partir da segunda metade do século XVIII, uma vez que seria mais proveitoso para os ingleses exportar para o Brasil os seus produtos, não a tecnologia.

A exaustão das jazidas auríferas combinada ao desconhecimento de técnicas que possibilitassem uma extração mais racional do ouro fez com que a partir dos anos 1760 a produtividade aurífera começasse a declinar. A economia colonial brasileira sentia sua principal fonte de riqueza esgotar-se, entre os séculos XVII e XVIII. A produção de diamantes, dos quais o Brasil detinha o monopólio no século XVIII, tinha uma importância pequena em relação ao ouro. No entanto a decadência da produção de dia-

mantas aconteceu quase que concomitantemente à decadência da produção aurífera e teve basicamente as mesmas causas. No entanto um outro fator contribuiu para isto, ou seja, a grande quantidade de pedras preciosas ofertadas na Europa e a conseqüente redução nos preços.

A mineração desenvolvida no Brasil-colônia, principalmente em função da decadência da cultura canavieira, teve uma importância muito grande para nosso país. A vastidão do território brasileiro é o resultado direto das buscas feitas pelos bandeirantes em direção ao interior do país. A efetiva ocupação do território foi condição indispensável para a consolidação da atual área territorial brasileira. Sobre a importância da mineração para o povoamento e ocupação do território nacional encontramos em Caio Prado Jr. a seguinte referência: "em alguns decênios povoou-se um território imenso até então desabitado, e cuja área global não é inferior a 2 milhões de quilômetros quadrados. Povoamento esparsos, bem entendido (em princípios do século XIX não será superior a 600.000 habitantes, ou seja, um quinto da população total do Brasil de então), e distribuídos em pequenos núcleos separados entre si por áreas desertas imensas."^(1º) Uma outra consequência surgida em função do ciclo da mineração foi o deslocamento do centro econômico da colônia que na fase de auge da produção canavieira localizava-se no nordeste (principalmente em Pernambuco e Bahia). Até mesmo, a capital da colônia transferiu-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. Com a decadência da mineração o ex-mineiro está entregue à sua própria sorte, transformando-se em agricultor ou criador de gado. Isto determi-

(1º) PRADO, Caio Jr. Op. Cit. p. 64.

nou maior intercâmbio intra-regional, dando maior dinamismo no mercado interno.

A economia escravista colonial mercantil brasileira, passou por profundas transformações a partir do final do século XVIII com o declínio da extração mineira. Por outro lado verificou-se uma retomada da produção açucareira em larga escala em função da elevação dos preços do açúcar no mercado internacional em consequência das lutas coloniais, bem como do declínio da produção açucareira nas Antilhas nos anos 1790, e das guerras napoleônicas no início do século XIX, que provocaram a abertura de novos mercados para o açúcar brasileiro. Noya Pinto afirma: "tendo permanecido em estado letárgico durante a maior parte do século XVIII, o açúcar sofrera nos fins daquele século revalorização no mercado internacional, graças às lutas coloniais em torno da Revolução Francesa, nas Antilhas, com a desarticulação de regiões produtoras, exemplificada pelo colapso da produção açucareira haitiana em 1792."⁽¹⁷⁾ Mas não foi só o açúcar o único produto brasileiro beneficiado com as transformações na conjuntura internacional. A queda da produção algodoeira nos Estados Unidos decorrente da guerra que culminou com a independência daquele país em 1776, incentivou a produção de algodão em nosso território.

Muito embora a independência oficial do Brasil se dê em 1822, o fim da era colonial no Brasil aconteceu em 1808 com a chegada da família real portuguesa que fugia das invasões napoleônicas. No entanto, a crise do sistema colonial português teve

(17)PINTO, Virgílio Noya, **Balanco das Transformações Econômicas no Século XIX**. IN Carlos Guilherme, Org. DIFUSÃO EDITORIAL. SÃO Paulo. P. 128.

início a partir de 1750. Com a transferência do governo português para o Rio de Janeiro, o Brasil tornou-se relativamente autônomo. Nos três séculos em que o Brasil figurou como colônia lusitana, o país pode sentir o efeito devastador sobre sua economia da espoliação portuguesa. No entanto a autonomia brasileira é aparente. A partir da transferência da Família Real para o Brasil, este herda também os tratados firmados entre Portugal e Inglaterra. O Brasil passa agora à tutela inglesa.

Dois dias após desembarcar no Brasil é decretado por D. João a abertura dos portos. Sob o ponto de vista prático os portugueses não mais poderiam tirar proveito do monopólio, simplesmente por perder o território lusitano para os franceses. No entanto, não aconteceu a queda do "exclusivo metropolitano". Simplesmente houve a permuta do privilégio do monopólio comercial da burguesia comercial portuguesa para a inglesa.

O último período colonial também é marcado por dificuldades econômicas. O mercado brasileiro é invadido por produtos europeus, principalmente ingleses. Em contraste a isto a conjuntura internacional mostra-se desfavorável às exportações brasileiras a partir de meados da segunda década do século XIX, como abaixo demonstrado:

Balança Comercial do Brasil
(Em libras esterlinas)

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
1812	1.233.000	770.000
1816	2.330.000	2.500.000
1822	4.030.000	4.590.000

Fonte: Caio Prado Jr., op. cit. p. 132

A valorização do açúcar no final do século XVIII, cedeu lugar ao baixo preço internacional no início do século XIX, principalmente em função da concorrência cubana. A produção algodoeira é abalada com o aumento da produção norte-americana beneficiada com abundância de mão-de-obra escrava. A produção do couro é afetada pela concorrência da Bacia do Prata. O tabaco, com as dificuldades do tráfico negreiro impostas pela Inglaterra perde o principal mercado, o africano.

E dentro dessa instabilidade e fragilidade, características do sistema escravista colonial mercantil que o colonialismo português agoniza no início do século XIX. Em 1822 a independência brasileira se dá em meio a uma grave crise econômica. O deficit da balança comercial era compensado pelo governo através da contração de empréstimos. Isto não representava, no entanto, a solução definitiva do problema, mas apenas o adiava para que pudesse ressurgir mais forte no futuro, com novos pagamentos de juros, dividendos, amortizações e portanto mais desequilíbrio nas contas do país.

A problemática do suprimento de mão-de-obra para a economia do país apresentava-se mais contundente em função da forte pressão inglesa para a extinção do tráfico escravo. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre já era uma preocupação das camadas governantes, contudo sem perspectiva de resolução.

3. Pressões Internacionais

A maior autonomia da colônia brasileira resultante da transferência da corte portuguesa em 1808 abalou uma das pilastras de sustentação do escravismo colonial mercantil, o "exclusivo metropolitano". Isto determinou, inclusive para o Brasil, de fato o final da condição de colônia. No entanto, persistia ainda uma outra condição para a existência desse modo de produção em território brasileiro, qual seja a utilização de mão-de-obra escrava.

A Revolução Industrial ocorrida principalmente na Inglaterra a partir do último quartel do século XVIII determinou novas transformações tecnológicas e levou as principais nações européias à industrialização. Isto ocasionou mudanças nos interesses comerciais das burguesias dos principais países. Particularmente para a Inglaterra a manutenção do tráfico escravo ia de encontro direto aos interesses de proprietários canavieiros nas Antilhas que viam os preços do açúcar lá produzido com utilização de trabalho assalariado superiores aos preços do açúcar brasileiro e cubano. Em função disso a Inglaterra extinguiu o comércio escravista em seus domínios coloniais em 1807.

A Independência dos Estados Unidos da América (1776) combinada ao espírito de liberdade, igualdade e fraternidade que guiou a Revolução Francesa (1789) fez ressurgir o espírito humanitário no mundo do início do século XIX. Isto é demonstrado por Singer: "é preciso considerar que o século das luzes tinha produzido uma consciência liberal, na Europa, na América do Norte e

mesmo nas elites dos países coloniais, que só podia encarar com justificado horror a escravização de seres humanos. Esta consciência, tão presente nas Revoluções Americana e Francesa, inspirou movimentos abolicionistas em diversos países, inclusive no Brasil."(20)

Foi dentro deste contexto que a partir de 1808 inicia-se uma forte pressão por parte da Inglaterra para a extinção do tráfico de escravos em todo o mundo. A mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro transferiu também para o Brasil os acordos firmados entre Portugal e Inglaterra que visavam à cessação do tráfico escravo. Mais tarde, o reconhecimento da própria independência oficial brasileira (1822) é condicionada pela Inglaterra à exigência de que o Brasil abolisse o comércio de negros em seus portos.

A manutenção da utilização do trabalho escravo no Brasil antes de apresentar-se como um anacronismo sob o ponto de vista ético-humanitário ou tecnológico, na verdade apresentava-se como um acinte ao poderio econômico e militar da principal potência da época, a Inglaterra.

No entanto o que houve por parte do Brasil foi uma frontal desobediência aos acordos e promessas feitas à Inglaterra. A importância da utilização de mão-de-obra escrava para a sustentação da economia brasileira determinou forte reação por parte das elites produtoras nacionais no sentido da continuação do supri-

(20) SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. ATUAL EDITORA. São Paulo, 1986, p.44.

mento de braços para a lavoura. Segundo Alan K. Manchester, "a escravidão negra estava profundamente enraizada no Brasil, muito mais do que na América espanhola. Os indígenas, escapando, desaparecendo, ou morrendo, não forneceram a mão-de-obra necessária, como fizeram nas possessões espanholas, enquanto até os próprios jesuítas favoreceram o tráfico escravo africano, num esforço para salvar os índios das mãos do mameluco português." E mais adiante conclui: "por volta de 1807, o trabalho escravo no Brasil tinha se tornado um deus econômico, com o comércio escravo como seu poderoso braço direito. Tentar suprimir o tráfico, que era um adjunto essencial à própria escravidão, simplesmente aprovando estatutos e assinando tratados, era uma atividade vã."⁽²⁴⁾

Após o tratado da amizade e aliança de 1810 com a Inglaterra, onde Portugal compromete-se a contribuir para a extinção gradual do tráfico escravo no mundo, inicia-se uma forte pressão britânica, inclusive de cunho militar. Navios negreiros eram capturados pelos ingleses, dentro da ótica da supremacia naval da Inglaterra. Isto gerou profundo descontentamento dos produtores nacionais, bem como e principalmente dos traficantes escravistas portugueses. A ação dos britânicos não surtia o efeito esperado. Apesar da ação dos cruzadores (embarcações inglesas utilizadas na apreensão de navios negreiros), quase vinte e quatro mil escravos foram importados somente para a Bahia, entre maio de 1811 e junho de 1814. Para o Rio, nos mesmos quatro anos (mas incluindo todo o ano de 1811 e o de 1814 até novembro) foram importados mais de

(24) MANCHESTER, Alan K., *Preeminência Inglesa no Brasil*, BRASILIENSE, São Paulo, 1973, p.147.

sessenta e três mil."(22)

A independência brasileira a 7 de setembro de 1822 aconteceu como resultado do descontentamento da aristocracia colonial escravista estabelecida no Brasil com a subordinação e subserviência à corte lusitana. Por outro lado o não cumprimento por parte do Brasil dos acordos firmados com a Grã-Bretanha no sentido de extinguir o tráfico escravo incentivava esta a posicionar-se de forma antagônica à independência brasileira. Os ingleses condicionaram o reconhecimento do Brasil como um Estado independente à cessação do tráfico negreiro por este. "O reconhecimento imediato do novo estado pela Inglaterra era uma necessidade vital, pois de uma forma muito peculiar o destino do Brasil estava ligado ao de Portugal, ao da Europa e, acima de tudo, ao da Inglaterra." (23) As negociações para o reconhecimento da independência brasileira prolongam-se até 1825 quando a Coroa portuguesa com a aprovação da Inglaterra fecha o acordo pelo reconhecimento da independência brasileira. "Menos de três anos tinham se passado desde que D. Pedro se declarara imperador do Brasil, e já a independência era um fato consumado."(24)

No entanto, a extinção do tráfico apresentava-se de forma bastante complexa. Mesmo com a forte repressão inglesa, o governo brasileiro não podia contrariar os interesses da aristocracia escravista nacional mesmo porque não havia projeto para tal a não ser adiar o máximo possível aquilo que parecia inevitável. Ainda segundo Manchester, "foi tão impossível para D. Pedro

(22) MANCHESTER, Alan K., Op. Cit. p. 152.

(23) Id. Ibid. p. 169.

(24) Id. Ibid. p. 175.

refrear o tráfico, que ele foi forçado a recusar a oferta direta da Inglaterra, de reconhecimento da independência, de novembro de 1822, com a condição de que o Brasil abolisse o tráfico." E mais adiante conclui: "a corte do Rio simplesmente expressou sua condição de abolir o tráfico assim que pudesse fazê-lo, sem pôr em risco a existência do próprio governo."(25)

A interferência inglesa no Brasil intensifica-se no período de 1825 a 1827. Em 1826 é assinado um novo tratado anglo-brasileiro prevendo a extinção do tráfico a partir do dia 14 de março de 1830. No entanto o término do tráfico de escravos para o Brasil na data prevista só aconteceu no papel. Contrariamente ao previsto, a importação regular de negros africanos aumentou após o prazo acordado. Isto foi a causa principal do atrito entre Inglaterra e Brasil e resultou na diminuição do poder político inglês sobre o governo brasileiro.

Os anos 1830 são marcados por uma acirrada pressão inglesa para a extinção do tráfico negreiro para o Brasil. Descontentes com a continuação da comercialização de escravos em nossos portos, os ingleses taxaram produtos brasileiros comercializados em território britânico, o que provocou reação idêntica do governo brasileiro. Em 1844 com as tarifas Alves Branco, elevou-se as taxas de importação no Brasil entre 30 e 60%.

Sob o dilema de extinguir o tráfico de escravos para o país ou abrir confronto com a Inglaterra, o governo brasileiro opta pela primeira alternativa. Após resistir a fortes pressões

(25) MANCHESTER, Alan K., Op. Cit. p. 185

inglesas por quatro décadas, é promulgada em 1850 para realmente ser cumprida a Lei Euzébio de Queiróz que extinguiu o tráfico de escravos para o Brasil.

O cumprimento da Lei Euzébio de Queiróz pode ser demonstrada através do fluxo de escravos importados para o Brasil, conforme o quadro a seguir:

IMPORTAÇÃO DE ESCRAVOS PELO BRASIL EM UMA DÉCADA

ANOS	ESCRAVOS IMPORTADOS
1845	19.453 peças
1846	50.325 peças
1847	56.172 peças
1848	60.000 peças
1849	54.000 peças
1850	23.000 peças
1851	3.278 peças
1852	700 peças
1856	512 peças

Fonte: Virgílio Noya Pinto⁽²⁴⁾

Além da significativa redução da entrada de escravos em portos brasileiros após a vigência da Lei Euzébio de Queiróz, os números acima também mostram o grande volume das importações de mão-de-obra cativa no período que antecedeu esta Lei. Isto aconteceu preponderantemente em função do crescimento da produção cafeeira.

O fim do tráfico negreiro para o Brasil determinou mudanças nas relações de produção até então vigentes na economia do país. "Em poucos anos, o escravismo no Brasil deixou de contar

(24)PINTO, Virgílio Noya. Op. Cit. p. 137

com o seu suprimento externo de negros da costa da África."(27)
Isto foi fundamental para a consolidação do poder dos grandes cafeicultores na medida em que precisavam da mão acolhedora do Estado para suprir a lacuna deixada pela extinção do tráfico escravo.

Na medida em que a produção cafeeira necessitava de maior quantidade de mão-de-obra, o governo paulista e depois o próprio governo central subvencionaram de forma decisiva a imigração. Pelo fato da agricultura ser uma atividade onde os riscos fogem ao controle do homem e a cafeicultura, particularmente, estar diante da possibilidade da queda de preço do produto no mercado internacional, o governo brasileiro garante à oligarquia do café a compensação de perdas através da política cambial. Esse processo de socialização das perdas com a apropriação privada dos lucros determinou, a partir da segunda metade do século XIX, a consolidação de um processo histórico oriundo do colonialismo português, o corporativismo. Nele o Estado confunde-se com a própria elite dominante. As políticas governamentais na verdade refletem os interesses desta minoria.

(27) SINGER, Paul, op. Cit. p. 45.

CAPITULO II

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA CAFEIRA

1. Condicionantes Internos e Externos

A inexistência de um mercado interno amplo, combinada à escassez de capital nacional, bem como ao atraso tecnológico, deixa ao Brasil da primeira metade do século XIX poucas opções além da retomada da exploração do comércio internacional através da agricultura. As transformações tecnológicas originárias da Primeira Revolução Industrial (a partir da segunda metade do século XVIII) pouco atingiu o país no início do século XIX em função, principalmente, do protecionismo inglês. O açúcar, o principal produto de exportação nacional até a segunda década do século XIX, torna-se menos atrativo em função do aumento da concorrência no mercado internacional. Outros produtos tradicionais da pauta de exportação brasileira como o algodão (que tem a sua produção aumentada no Brasil em função da Guerra da Secessão norte-americana na segunda metade do século XIX), o fumo assim como o couro tem o mesmo destino.

E dentro deste contexto que a partir dos anos 1820 entra em destaque no cenário exportador brasileiro, o café. Isto foi grandemente impulsionado pela conjuntura internacional, além da existência de solos e clima favoráveis como descreve Caio Prado Jr.: "mas não tardará que as esplêndidas possibilidades naturais

do Brasil, tanto em clima como em solos favoráveis, se aproveitem em favor de um produto que rapidamente ganhava terreno na cotação do mercado internacional. E preciso lembrar aqui um fator que particularmente estimulará a produção brasileira. E a libertação e desenvolvimento do mercado norte-americano."⁽²⁶⁾

Muito embora seja cultivado em território brasileiro desde o início do século XVIII com a finalidade inicial de suprir o mercado interno, o café ganha importância comercial para o Brasil no final deste século, com a desagregação da produção na até então colônia francesa do Haiti. Tem que ser destacada a difusão do hábito de se tomar café principalmente nos Estados Unidos e Europa. Em função disso, segundo Singer: o "plantio de café em grandes propriedades, trabalhadas com mão-de-obra escrava, se espalhou rapidamente pela baixada fluminense, tomando a seguir a direção do Vale do Paraíba, para mais tarde encontrar o seu apogeu no Oeste paulista."⁽²⁷⁾

Na segunda década do século XIX o café representava o terceiro principal produto de exportação nacional (o principal era o açúcar seguido pelo algodão), mas na década seguinte já toma a dianteira na pauta de exportações do Brasil. Segundo Furta- do: "no primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações no Brasil. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando

(26)FRADO, Caio Jr. Op. Cit. p. 161.

(27)SINGER, Paul. Op. Cit. p. 43.

mais de quarenta por cento do valor das exportações.⁽³⁰⁾ Muito embora tenha havido uma queda de preços do café no mercado internacional na primeira metade do século XIX, os produtores nacionais e o capital mercantil financiador tinham agora uma forma alternativa de aplicar capitais ociosos oriundos da mineração, utilizando desta a mão-de-obra disponível, resultante de sua desagregação.

A gênese da economia mercantil cafeeira surge em decorrência da queda do "exclusivo metropolitano" combinada ao surgimento de um sistema monetário nacional incipiente que formou-se em decorrência da vinda da Família Real para o Brasil em 1808. Exemplo disto foi a primeira agência bancária do Brasil que funcionou desde 1808 até 1829. Segundo J. M. Cardoso de Melo: "a economia mercantil escravista nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação do Estado Nacional."⁽³¹⁾

Diferentemente da economia colonial mercantil escravista que movia-se através do capital mercantil internacional, a econo-

(30) FURTADO, Celso, Op. Cit. p. 113

(31) MELLO, João Manuel Cardoso de, **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, BRASILIENSE, 1984, p.54.

mia mercantil cafeeira passará de forma gradativa a internalizar a sua própria fonte de financiamento através do capital dinheiro nacional acumulado. Em decorrência disso, uma outra peculiaridade inerente à economia mercantil escravista cafeeira torna-se evidente, qual seja a figura do comissário do café citado por J.M. Cardoso de Mello: "o significado do comissário na organização do grande negócio do café não se esgota em ter sido o pivot da comercialização em massa. Articulado a este traço de sua atividade, aparece um outro, que aumentou a importância de sua figura: seus interesses, que eram os de fazer passar por suas mãos a maior quantidade possível de café, fizeram-no participar da montagem e do custeio das fazendas, invadindo a própria área da produção, financiando-a."³² O financiamento do cultivo do café representou um fator importante para a viabilização do aumento da produção nacional a partir dos anos 1820. Por ter um longo período de maturação (cerca de 4 anos), o café necessitava de vultosas despesas para a manutenção da plantação, vigilância dos escravos utilizados durante todo o ano nos trabalhos da lavoura, além das despesas iniciais necessárias ao primeiro investimento.

O crescimento da oferta do café no mercado internacional, grandemente justificado pelo aumento das exportações brasileiras pressionaram os preços deste produto para baixo, incentivando o consumo em larga escala. Em Cardoso de Mello encontramos a idéia de que a queda de preços implicava para o produtor de ca-

(³²)MELLO, João Manuel Cardoso de, Op. Cit. p. 55

tê a redução da margem de lucro. Isto determinava a predominância dos grandes latifúndios cafeeiros. Sobre este caráter latifundiário da empresa cafeeira encontramos neste autor a seguinte afirmação: "surge como latifúndio (a empresa cafeeira) também e principalmente porque, dados os preços dos recursos produtivos e se definindo a produção cada vez mais como produção em massa, as margens de lucro eram reduzidas, o que impunha uma escala mínima de produção lucrativa, e reversivamente, determinava investimentos vultosos, que funcionavam como barreira à entrada."⁽³³⁾ Em relação à utilização de mão-de-obra escrava na economia cafeeira Cardoso de Mello assim esclarece: " Surge como latifúndio escravista também e principalmente porque, tendo em vista, novamente, o caráter da demanda externa e o investimento exigido, o trabalho escravo, superexplorado, mostrou-se mais rentável. Estava excluído, mais uma vez, o trabalho assalariado, não porque nestas plagas e naqueles tempos o capital demonstrasse qualquer vocação escravista. Assim foi porque a taxa de salários dever-se-ia fixar em níveis elevados, pois haveria de compensar aos olhos dos produtores diretos a alternativa de produzirem sua própria subsistência, como posseiros ou pequenos proprietários. E por isto o custo de reprodução do escravo era menor que o do trabalhador livre."⁽³⁴⁾ No entanto, dois aspectos devem ser ressaltados no que

(33)MELLO, J. M. Cardoso de, Op. Cit. p. 57.

(34)id. ibid. p. 57.

se refere a estas questões. Primeiramente, em relação ao fato da predominância do latifúndio na produção cafeeira podemos relacionar isto à ausência da disponibilidade de crédito aos pequenos produtores. Em segundo lugar a utilização de mão-de-obra escrava até o final da década de 1830 na economia cafeeira acontece em função da inexistência de uma alternativa para o problema da falta de mão-de-obra. Só com a extinção do tráfico escravo em 1850 e a abertura da economia brasileira à imigração é que esta realidade sofrerá paulatinas transformações que redundarão mais tarde na utilização de mão-de-obra assalariada.

A seguir demonstramos a participação em termos percentuais dos principais produtos da pauta de exportação brasileira com destaque para a evolução da exportação de café:

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

1821 - 1830	
Açúcar	30,1%
Algodão	20,6%
Café	18,4%
Couros e peles	13,6%
1831 - 1840	
Café	43,8%
Açúcar	24,0%
Algodão	10,8%
Couros e peles	7,9%
1841 - 1850	
Café	41,5%
Açúcar	26,7%
Couros e peles	8,5%
Algodão	7,5%

Fonte: Virgílio Noya Pinto. Op. Cit. p.135

A economia brasileira encontra bases para a expansão à partir da segunda metade do século XIX. O comércio internacional conheceu grande impulso nesta época, favorecendo as exportações brasileiras. Em relação à economia cafeeira especificamente, isto foi por demais importante. Segundo Sérgio Silva: "as cotações internacionais do café, estagnadas ou em baixa desde a independência de 1822, apresentam-se em alta a partir dos anos 1850." (***) A partir da segunda metade do século XIX é marcante a produção cafeeira no Brasil.

Os cafeicultores nacionais foram incentivados à produzir em função da elevação dos preços do café no mercado internacional, principalmente como resultado da recuperação da economia europeia à partir dos anos 1850. Por outro lado, um fator interno contribuiu para a elevação do preço do café, qual seja a Lei Euzébio de Queiróz de 1850, que extinguiu o tráfico de escravos e conseqüentemente a principal fonte de suprimento de mão-de-obra para a cultura cafeeira. Isto reduziu a possibilidade de ampliação da lavoura do grande exportador que predominantemente utilizava mão-de-obra escrava no cultivo do café, evitando que uma super-produção pudesse contribuir para a queda dos preços.

Do ponto de vista econômico, o café, por mais de 70 anos, representou a própria identidade brasileira. "A lavoura do

(**)SILVA, Sérgio, op. cit. p. 29

café marca na evolução econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com um quase monopólio de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários no comércio internacional. A frase famosa, "o Brasil é o café", pronunciada no Parlamento do Império e depois largamente vulgarizada correspondia então legitimamente a uma realidade: tanto dentro do país como no conceito internacional o Brasil era efetivamente, e só, o café. Vivendo exclusivamente da exportação, somente o café contava seriamente na economia brasileira. Para aquela exportação, o precioso grão chegou a contribuir com mais de 70% do valor."(3*)

A economia cafeeira, através da forte concentração de capital nas mãos dos grandes produtores e principalmente do capital comercial abriu espaço para o financiamento das manufaturas e indústrias nascentes no país, amparada pela conjuntura mundial do período pós Revolução Industrial, nas últimas décadas do século XIX. Através das mudanças nas relações de produção ocorridas no seu interior, a economia cafeeira, através do impulso à imigração europeia, contribuiu decisivamente para a formação de um mercado consumidor interno amplo, condição indispensável para a consolidação da gênese do processo de industrialização nacional.

(3*)PRADO, Caio Jr. *História Econômica do Brasil*, 24ª Edição. BRASILIENSE, 1980. p. 167.

2. Acumulação de Capital Enquanto Acumulação Mercantil

A extinção do tráfico negreiro para o Brasil determinou a mudança do âmbito de atuação do capital mercantil internacional. A partir de 1850 o interesse, principalmente dos comerciantes ingleses voltou-se especificamente para o interior da economia cafeeira mercantil brasileira financiando-a. Segundo João Manuel Cardoso de Mello: "o capital mercantil continua a dominar a agora economia nacional, através da ação do comissário, que alcança seu auge em 1850, depois compartilhada pelos grandes bancos cafeeiros que começam a se formar desde então."⁽³⁷⁾ Este mesmo autor, citando Maria Sylvia Carvalho Franco mostra a síntese que explica essa nova realidade econômica no Brasil: "ele, (o comissário) não se limitava a financiar o empreendimento agrícola, mas, também, geria os investimentos feitos, não obstante se eximisse da administração do processo de trabalho... Vê-se, assim, que o comissário, embora de modo explícito manipulasse o seu capital no circuito do comércio e das finanças, de fato o empregou

(37) MELLO, J.M. Cardoso de, op. cit. p. 68

de maneira muito direta no processo de produção..., assim, parece-me correto dizer que o comissário, ao controlar os investimentos em dinheiro e a venda das mercadorias, dominando os pontos extremos do movimento do capital no processo de produção, canalizava para si a valorização aí realizada e se dirimia dos riscos correspondentes, corridos pelo sujeito que detinha a propriedade fundiária... Correlatamente à sua (do fazendeiro) dependência para o comissário, houve a quase impossibilidade de se desenvolver a capitalização do setor agrícola."(38) A supremacia do capital mercantil apresenta-se pois na economia cafeeira preponderantemente em função da necessidade de vultosas despesas para a formação do cafezal e também devido ao longo tempo de maturação decorrido desde a implantação, até a colheita.

O desenvolvimento da economia cafeeira e a acumulação de capital dela resultante estava totalmente interligada e dependente da economia mundial. No entanto a economia cafeeira tinha sua própria dinâmica interna resultante da endogenização do capital mercantil externo. Inicialmente as casas de exportação que eram os próprios financiadores da produção cafeeira e representantes da burguesia comercial e financeira, principalmente inglesa, também eram os organizadores e administradores das plantações de café. "Eles (os principais líderes da marcha pioneira do café), exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seus equipamentos, empres-

(38) MELLO, J.M. Cardoso de, op. cit. p. 68

tando aos fazendeiros em dificuldade."(37) Com o desenvolvimento da economia cafeeira, as tarefas de comerciante, gerenciador e financista exigiam uma maior especialização. Em função disso outros setores da economia desenvolveram-se. Como exemplo podemos citar o setor bancário.

Segundo Sérgio Silva: "o capital cafeeiro tinha portando diversos aspectos; ele apresenta ao mesmo tempo as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial."(40) No entanto, o seu aspecto comercial apresentava-se de forma dominante sobre os demais. Isto é explicado em parte pela própria posição da economia brasileira na divisão internacional do trabalho, que lhe destinava a posição de economia primário-exportadora, no entanto, de forma preponderante reflete a hegemonia do capital mercantil na cafeicultura nacional.

Em João Manuel Cardoso de Mello encontramos a idéia de que o capital mercantil na economia cafeeira estava vinculado ao que ele denominou de "ciclo de ferro" onde era forçosamente necessária a reinversão dos lucros na própria empresa cafeeira por falta de outras alternativas para aplicação. No entanto, a acumulação de capital que migra da economia cafeeira para o setor mercantil estravasava os próprios limites do mesmo, mas permanece na órbita do "complexo cafeeiro". A aplicação de capitais excedentes

(37) SILVA Sérgio, op. cit. p. 59

(40) Id. Ibid. p. 60

na mecanização do processo de beneficiamento do café bem como na infra-estrutura de transportes deste produto reforçaram a embrionária indústria nacional. Isto amparado por um sistema bancário nascente responsável pelo financiamento da ampliação da produção e que também era resultante da própria acumulação de capital da economia cafeeira. "A acumulação cafeeira é, em grande medida, acumulação urbana, que absorveu boa parte da força de trabalho imigrante e exigiu a importação de meios de produção (trilhos, materiais de construção, equipamentos ferroviário e portuário, etc.)".^(*) Isto foi fundamental para a gênese do processo de industrialização nacional.

(*)MELLO, J.M., Cardoso de, op. cit. p. 129

3. Trabalho e Equacionamento da Questão da Mão-de-obra

Um dos principais problemas enfrentados pelos produtores de café a partir da produção deste produto em larga escala no Brasil foi o suprimento de braços para a lavoura. A mão-de-obra utilizada na cafeicultura brasileira vem a partir da sua gênese, da mineração, decadente a partir do último quartel do século XVIII ou através do tráfico negreiro desde a África. No entanto estas fontes de suprimento tornaram-se insuficientes. A quantidade de escravos advindos da mineração para as regiões produtoras de café distanciou-se do inesgotável. Por outro lado as pressões inglesas no sentido da extinção do tráfico no mundo suprime a outra fonte de abastecimento de mão-de-obra para a produção cafeeira.

A extinção do tráfico negreiro para o Brasil em 1850 e o seu impacto na economia cafeeira mercantil nacional é por demais contundente. Se por um lado proibia-se a entrada de escravos africanos a serem utilizados na lavoura, por outro tinha-se uma população negra que pouco se reproduzia devido à elevada razão de masculinidade que desbalanceava a estrutura demográfica da população escrava e de uma alta taxa de mortalidade, resultante desse aspecto e das péssimas condições de vida a que estavam submetidos os escravos. Em função disso, ou seja, pela escassez de mão-de-obra escrava aliada a uma crescente demanda tem-se a elevação do preço do escravo como a seguir demonstrado:

Preço médio do escravo - 1843 a 1887

Em mil-reis

Período	Preço
1843-1847	550\$000
1848-1852	649\$500
1853-1857	1:177\$500
1858-1862	1:840\$000
1863-1867	1:817\$000
1868-1872	1:792\$500
1873-1877	2:076\$862
1878-1882	1:882\$912
1883-1887	926\$795

Fonte: MARTINS, José de Souza, op. cit. p. 27

Paralelamente à elevação do preço médio do escravo verificou-se a manutenção ou queda dos preços dos produtos primários exportados, ou seja, um desequilíbrio entre o valor da produção e o preço da mão-de-obra. Porém, antes, na vigência do tráfico negreiro, "os traficantes, na maioria portugueses, foram pouco a pouco formando uma potente burguesia comercial que, assenhorando-se do mercado escravista, vendiam os escravos a crédito e a juros altíssimos. Ora, procurando-se abastecer-se de braços, o proprietário de terras irá submeter-se aos comerciantes e traficantes."^(*) Esta situação deixará os produtores em dificuldade. Isto gerou um grande descontentamento na classe dos

(*)PINTO, Virgílio Noya, op. cit. p. 137.

produtores nacionais em relação aos traficantes, sendo um dos fatores explicativos para o sucesso da aplicação da Lei Euzébio de Queiróz que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil em 1850. Ainda que o fator dominante tenha sido a pressão inglesa.

O crescimento econômico dos países europeus na última metade do século XIX dava-se através da utilização de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra que exigiam suprimentos de matéria-prima em quantidade e preços baixos. Isto determinava a suficiência ou mesmo o excesso de mão-de-obra. Os avanços tecnológicos utilizados principalmente na Europa só chegara ao Brasil de forma precária. O crescimento econômico brasileiro dava-se de forma extensiva através do aproveitamento de maior quantidade do fator terra, utilizando-se de maiores quantidades de mão-de-obra. Dada a existência de grandes lavas de terras até então não exploradas no Brasil, pode-se deduzir que o fator limitante do crescimento econômico brasileiro estava na disponibilidade de mão-de-obra.

No entanto esta condição é totalmente revertida a partir da segunda metade do século XIX. A Lei de Terras de 1850 que determinava a propriedade das terras devolutas à União não aconteceu por acaso. A extinção do tráfico naquele mesmo ano obrigava a elite cafeeira nacional fortemente representada no governo a preparar terreno para a utilização de mão-de-obra livre no cultivo do café. A única forma de sujeitar o trabalhador livre a vender a

sua força de trabalho para os fazendeiros seria restringir a posse do fator terra. Segundo Martins: "a Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso."⁽⁴³⁾

No entanto o monopólio de terras nas mãos dos grandes produtores não era condição suficiente para a expansão cafeeira. Havia a necessidade de integrar o trabalhador livre na produção. Isto significava romper os costumes e liquidar a ideologia da época de que o trabalho era por natureza destinado a negros. Ainda nas palavras de Martins: "do mesmo modo que para o fazendeiro, também para o imigrante ser livre era o mesmo que ser proprietário."⁽⁴⁴⁾ A possibilidade de ter as suas próprias terras era o principal incentivo ao colono e o que fazia com que ele se prendesse ao fazendeiro do café numa espécie de "escravidão disfarçada" presente nas várias formas em que se manifestaram as relações de produção a partir da vigência do trabalho livre no Brasil, na segunda metade do século XIX. "O princípio da propriedade tende a dominar todos os fatores envolvidos no processo produtivo: "o solo é propriedade do patrão e os moradores também o são de certo modo."⁽⁴⁵⁾

(43) MARTINS, José de Souza. Op. Cit. p. 59

(44) Id. Ibid. P. 61

(45) Id. Ibid. P. 63

E em função da escassez de trabalhadores que inicialmente os cafeicultores paulistas recorrem à utilização do trabalho de imigrantes. "Em 1847, o senador Vergueiro, proprietário de uma grande fazenda próxima à cidade de Limeira, na Província de São Paulo, tornou-se o primeiro fazendeiro a introduzir trabalho imigrante na produção cafeeira."⁽⁴⁴⁾ Recorre-se cada vez mais aos contratos com colonos. Em 1855 havia em São Paulo cerca de 3.500 trabalhadores imigrantes. Essa forma de utilização de mão-de-obra livre aconteceu para substituir ou complementar o trabalho cativo nas fazendas de café.

Inicialmente generaliza-se a parceria como forma de contrato entre cafeicultores e colonos. "De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos, adiantava o custo de transporte de Santos até a fazenda, bem como os gêneros e instrumentos necessários aos imigrantes, até que estes pudessem pagá-los com o produto de suas primeiras colheitas. Os trabalhadores cuidariam de um número não especificado de pés de café, e os fazendeiros lhes cederiam um pedaço de terra onde plantariam suas próprias culturas alimentares. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas alimentares."⁽⁴⁷⁾ Por outro lado, os trabalhadores eram obrigados a destinarem pelo menos metade dos seus ganhos anuais com o café, como pagamento ao fazendeiro, pelas despesas feitas por este em "seu benefício".

(44)STOLCKE, Verena. Cafeicultura - Homens Mulheres e Capital. BRASILIENSE. São Paulo, 1986, p. 19.

⁴⁷Id. Ibid. p. 20

Aconteceram revoltas por parte dos imigrantes pela forma como estava sendo explorada a sua "força de trabalho". Em função desses conflitos, a parceria vai perdendo terreno, generalizando-se a locação de serviços a partir do final da década de 1860. Nesta, ao invés do trabalhador ganhar uma parte da produção como pagamento do seu trabalho, receberia um preço pré-fixado por determinada quantidade de café colhido. Esses contratos evoluem. A partir dos anos 1870 tornam-se menos usuais as multas pelo abandono das fazendas, antes da quitação do débito do trabalhador, sendo cada vez mais constante a multa pela não-execução das carpas. Outras mudanças aconteceram: "roças de subsistência eram agora regularmente distribuídas em proporção ao número de pés tratados pela família. Por fim, alguns fazendeiros começaram a introduzir uma nova forma de remuneração, um sistema misto de remuneração por tarefa e por medida colhida, o colonato, fórmula que prevaleceria nas fazendas cafeeiras desde os anos 1880 até os anos 60 deste século. Nesse sistema, a carpa do café era paga a um preço fixo por mil pés tratados, e a colheita a um preço por alqueire de café colhido."(**)

As dificuldades que caracterizaram as relações de trabalho persistem mesmo com essas mudanças. O fazendeiro ao subvencionar a vinda do imigrante se considerava o seu dono. O financiamento privado da imigração torna-se com o passar do tempo menos atrativo. A partir de 1870 essa dificuldade seria atenuada

(**)STOLCKE, Verena. Op. Cit. p. 36.

com a introdução da imigração subvencionada pelo governo paulista. "O governo pagava as despesas de transporte para o Brasil até a localidade de fixação do imigrante e sua família. Além de custear e financiar a terra e as despesas iniciais, mantinha um regime de tutela sobre o colono geralmente durante um período de dois anos."(47)

Paralelamente aos conflitos trabalhistas ocorridos nas fazendas de café, a partir dos anos 1870 intensificavam-se os movimentos abolicionistas. Isto exigia uma solução para o problema da mão-de-obra para a economia cafeeira "obviamente" com o financiamento estatal. "Não obstante, a produção cafeeira durante a década de 1870 quase duplicou em relação à década anterior. De fato, os fazendeiros ainda puderam adiar até 1888 o fim da escravidão. Resolveram temporariamente a escassez prevista de mão-de-obra com uma racionalização geral da produção cafeeira. Conseguiram desarmar os abolicionistas com uma concessão limitada: a Lei Rio Branco de 1871, que declarava livres as crianças nascidas de mães escravas. Os fazendeiros também continuaram a adquirir contingentes substanciais de escravos da região do Rio de Janeiro e do Norte do Brasil."(50) A escassez de mão-de-obra não foi maior em função da grande expansão das estradas de ferro nos anos 1870, que proporcionou aos produtores a realocação de trabalhadores até então utilizados no transporte. E na construção e opera-

(47) MARTINS, José de Souza. op. cit. p.65

(50) STOLCKE, Verena. op. cit. p. 38.

ção das ferrovias que surge o primeiro eixo de assalariamento estrito no país. Além disso, passou-se a utilizar mais tecnologia poupadora de mão-de-obra no beneficiamento do café. Isto atenuou a problemática do suprimento de trabalhadores para a lavoura.

Em 1888 a abolição da escravidão no Brasil aconteceu principalmente em função da própria resistência dos negros à sua condição de subserviência. As fugas constantes e as rebeliões generalizam-se. Além disso, passadas quase três décadas desde a cessação do tráfico negreiro para o Brasil, em 1888 os escravos aqui existentes já faziam parte da nação brasileira, assimilando o idioma e até mesmo a religião. "Não cabe muita dúvida de que a abolição se deveu mais à resistência do negro do que aos bons sentimentos da Princesa Isabel e seus ministros. As rebeliões e as fugas em massa estavam se generalizando de tal modo que punham em perigo a ordem pública."⁽²¹⁾ A continuação da escravidão na realidade significaria manter em constante risco o produtor escravista.

A abolição da escravidão possibilitou a resolução do problema do suprimento de mão-de-obra para a cafeicultura no Brasil. "Aproveitando a migração transatlântica de trabalhadores europeus, organizada como negócio capitalista por agentes recrutadores, companhias de navegação e capitais financeiros, o governo de São Paulo e o da União resolveram a questão"⁽²²⁾, quando a partir de 1888 subvencionou importação em massa de força de trabalho europeia.

(21) SINGER, Paul. op. cit. p. 50.

(22) Id. Ibid. p. 51.

"Entre 1888 e 1900, "migraram" cerca de 1.400.000 pessoas das quais 890.000 se fixaram em São Paulo."(83) É importante ressaltar que havia condições conjunturais para explicar a grande entrada de imigrantes em nosso país. "Aproximadamente de 1885-1906, a prosperidade cíclica da economia brasileira estava descontraída dos desempenhos cíclicos da economia americana, argentina e italiana. Este fato desempenhou um importante papel ao permitir ao Brasil absorver tão grande número de imigrantes europeus (principalmente italianos) durante a década de 1890. Seria de fato difícil, senão impossível, para o Brasil, atrair semelhante número de imigrantes se a Argentina e, sobretudo, os Estados Unidos tivessem, na mesma época, se expandido economicamente e se, também, a economia italiana estivesse crescendo."(84) A grande imigração italiana decorreu das pressões internas na Itália, resultantes da desestruturação de seu campesinato.

A imigração subvencionada pelo Estado era na realidade uma forma de subsídio ao produtor cafeeiro. Segundo Martins: "com a imigração subvencionada, o fazendeiro não poupava capital, mas ganhava capital, dado que cada trabalhador chegado à fazenda representava um efetivo dispêndio em dinheiro feito com recursos públicos."(85) A maneira de obter essa dívida estatal seria ampliar a produção cafeeira. Diante dessa realidade, "a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio. Além de produ-

(83)MELLO, J. M. Cardoso de, op. cit. p.124

(84)Id. Ibid. p. 125

(85)MARTINS, José de Souza, op. cit. p. 62

zir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café." (22) Isto gerou forte especulação e consequente elevação do preço da terra no final do século XIX.

A substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre proporcionou uma elevação do nível de consumo da massa trabalhadora. Muito embora isto tenha acontecido de forma localizada, nas zonas produtoras de café, no interior de Minas Gerais e nos centros urbanos notadamente no Rio de Janeiro e depois São Paulo, teve um efeito dinâmico na produção de bens de consumo. A formação de um amplo mercado interno consumidor era premissa básica para a consolidação da gênese do processo de industrialização nacional. Desde os anos 1840 tem início as primeiras instalações manufatureiras e industriais, oriundas das tarifas Alves Branco, que sobretaxaram as importações para o país.

A introdução do colonato, apesar de ainda não representar a passagem para o trabalho assalariado foi o regime de trabalho que determinou a transição para a consolidação do capitalismo no Brasil. Foi a partir dele (do colonato) que verificou-se o surgimento do semi-proletariado e mais tarde do trabalho assalariado propriamente dito. Isto ampliou consideravelmente o mercado interno, justificando o crescimento da produção manufatureira e industrial.

(22) Id. Ibid. p. 68

CAPITULO III

GENESE E IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NACIONAL

1. Mudanças no Capital Mercantil

A economia brasileira na segunda metade do século XIX passa por profundas transformações. A cultura herdada do período colonial escravista cede lugar a uma nova ordem econômico-social onde as relações de produção passam a se desenvolver através da utilização de mão-de-obra livre. Entender essas mudanças só é possível inserindo o Brasil no contexto mundial. O período posterior à Revolução Industrial (que aconteceu a partir da segunda metade do século XVIII) define para a economia mundial, em função dos avanços tecnológicos dela advindos uma nova divisão internacional do trabalho. Nesta nova ordem é necessário ressaltar o interesse dos países mais desenvolvidos, não na troca de produtos industrializados por matéria-prima como até então acontecia, mas a eles agora interessava exportar bens de capital. Não é mais interessante para os países industrializados a existência de uma periferia totalmente agrária.

O predomínio do capital comercial nas relações internacionais cede lugar à hegemonia do capital industrial e também financeiro. "A partir da segunda metade do século XIX, o capitalismo não se limita mais ao nível internacional, à troca de produtos; ele se apropria da própria produção ao nível mundial."(*)

(*)SILVA, Sérgio. Op. Cit. p. 31

Segundo Caio Prado Jr.: "a primeira participação do capital financeiro na economia do Brasil será pelos empréstimos públicos. Do ponto de vista específico dele, tal processo reduz-se a retirar através do Estado e seus impostos uma quota parte da renda no conjunto das atividades econômicas do país." Isto acontece devido ao fato de que os empréstimos terão que ser pagos com juros e encargos. A seguir apresentamos a evolução do fluxo de reembolso de serviços da dívida brasileira e a contração de novos empréstimos na segunda metade do século XIX:

BRASIL - SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA E
NOVOS EMPRÉSTIMOS 1851-1900

(Em 1000 contos de réis)

ANOS	SERVIÇOS DAS DÍVIDAS	NOVOS EMPRÉSTIMOS
1851-1860	5,3	4,1
1861-1870	12,0	10,1
1871-1880	16,7	9,3
1881-1890	30,5	38,1
1891-1900	57,3	63,3

Fonte: SILVA, Sérgio. Op. Cit. p. 35

Se por um lado podemos perceber a entrada de capitais no país, por outro encontramos uma forma espoliativa de transferência da riqueza nacional em contribuição ao fortalecimento do ca-

pitalismo mundial. Isto aconteceu em função do grande volume de dinheiro que sangrou do país através do pagamento de serviços da dívida externa.

A economia cafeeira, a partir da sua produção até o consumo final estava vinculada ao capital internacional. "Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele (o capital internacional) retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligados. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações)."⁽²²⁾

Além do setor produtivo que atrai para si grande parcela do capital financeiro, uma outra forma de apropriação de lucros, para o capital internacional e nacional é a especulação financeira principalmente devido à grande instabilidade que caracterizava a economia do país, consequência das oscilações cambiais promovidas pelo governo para garantir grandes margens de rentabilidade aos cafeicultores nacionais. A especulação financeira também foi fortemente influenciada pela reduzida disponibilidade de capital

⁽²²⁾Id. Ibid. p. 272

nacional. O principal instrumento para viabilizar isto foram "sobretudo as agências, filiais e correspondentes dos bancos internacionais estabelecidos no país. E em 1843 que se organiza o primeiro banco estrangeiro destinado a operar no Brasil: o London & Brazilian Bank. Pouco depois, forma-se também em Londres e com capitais ingleses, o Banco Brasileiro e Português. Multiplicam-se a partir daí os bancos estrangeiros que operam no Brasil; aos ingleses virão juntar-se franceses, alemães e, em menor escala italianos, holandeses e outros." (27)

Paralelamente a isto, ocorreram mudanças na política internacional que contribuíram para determinar novas formas de apropriação de excedentes na periferia. Isto foi fundamental para permitir a gênese do processo de industrialização do Brasil.

(27) Id. Ibid. p. 273

2. Formação do Mercado Interno

Um dos principais fatores responsáveis pelo atraso na gênese do processo de industrialização do Brasil foi a predominância da utilização de trabalho escravo desde a época colonial, não permitindo que houvesse uma maior divisão social do trabalho. Isto impedia a formação de um amplo mercado interno. No entanto a nível internacional ocorrem fatos de natureza econômica e política que obsoletizaram o trabalho compulsório. Internamente a cafeicultura determinou profundas transformações na economia do país. Essas mudanças ocorreram tanto na esfera da produção quanto no âmbito das relações de produção. Em função disso, a partir da segunda metade do século XIX, ganha importância a utilização do trabalho livre no país.

No colonato, um sistema de contrato de trabalho que predominou na cafeicultura brasileira após a extinção da escravidão no país, o trabalhador e sua família recebiam um salário em dinheiro para o trato de um determinado número de pés de café além de uma pequeno lote de terra para o plantio de gêneros alimentícios. Em função disso, tinha-se uma ampliação do mercado consumidor interno. Muito embora fosse restrito à zona de produção cafeeira, o efeito dinamizador sobre toda a economia foi significativo.

O desenvolvimento da cafeicultura também determinou a urbanização e crescimento das cidades. Isto aconteceu devido à necessidade de uma rede de transportes, armazenagem do produto, comercialização, assim como de financiamento. "O crescimento da economia urbana nas zonas cafeeiras, suscitava rápida expansão da demanda por alimentos, que eram ofertados principalmente pelas lavouras dos colonos."(40)

Estes fatores foram importantes para o desenvolvimento de indústrias em nosso país. Quando da utilização de trabalho predominantemente escravo, excluía-se da grande maioria da população a possibilidade de consumo de manufaturados ou produtos industrializados, uma vez que os próprios escravos eram responsáveis pela produção dos bens de subsistência. A minoria privilegiada, a elite latifundiária que tinha posses e que portanto poderia consumir, preferia bens importados. Por outro lado, antes do desenvolvimento dos centros urbanos, os lugarejos isolados e de tamanho reduzido podiam arcar com o auto-sustento. "A construção mais acelerada de estradas de ferro, nas últimas décadas do século XIX, unificou numerosos mercados locais em mercados regionais."(41)

A produção industrial requer uma escala mínima de produção a partir da qual torna-se economicamente viável produzir. O

(40) SINGER, Paul, op. cit. p. 52

(41) Id. Ibid. p.56

desenvolvimento das cidades abriu espaço para a produção em larga escala. A semi-proletarização e mais tarde o assalariamento do trabalhador ampliou o universo de consumidores potenciais de bens industrializados. Com a formação do mercado interno, houve o fortalecimento das manufaturas e das poucas indústrias já existentes pelo aumento do consumo, além da abertura de espaço para o surgimento de novas unidades produtivas.

3. Avanços Tecnológicos

A problemática do suprimento de mão-de-obra para a economia cafeeira nacional tornou-se evidente principalmente após a extinção do tráfico negreiro em 1850. Um dos fatores atenuantes deste problema foi a mecanização de parte dos processos que envolviam a cafeicultura. A utilização de máquinas ainda rudimentares no beneficiamento do café é um exemplo disto. "Os aparelhos construídos principalmente em madeira e movidos pela água dos riachos ou pela força humana, predominantes na época da escravidão, foram rapidamente abandonados a partir da década de 1870." (*2) A utilização de métodos mais modernos na indústria cafeeira trouxe em consequência uma maior valorização do produto beneficiado através de processos mecânicos, uma vez que isto dava uma melhor qualidade ao café. Em função disso os anos 1870 marcam o início de uma nova etapa para o Brasil. Passou-se a utilizar mais e mais secadeiras mecânicas assim como classificadores a vapor na cafeicultura.

Muito embora a mecanização inicial da cafeicultura brasileira tenha ocorrido de forma bastante restrita, sua importân-

(*2) SILVA, Sérgio. op. cit. p. 54.

cia não deve ser subestimada. Além de permitir o beneficiamento do café no próprio local de produção contribuiu para que houvesse mais agilidade e rapidez na comercialização, reduzindo os custos. O produtor ficava em melhor situação, relativamente a outros cafeicultores que não dispusessem dos mesmos meios. A utilização de avanços tecnológicos na cafeicultura, na realidade, constituía-se em uma restrição adicional à entrada de pequenos produtores no "círculo" fechado da cafeicultura. Os melhores preços no mercado eram conseguidos pelo café beneficiado por processos mecânicos. No entanto, a compra de máquinas para viabilizar isto exigia em contrapartida vultosas despesas. Isto implicava que somente os grandes produtores teriam acesso a financiamentos. Conseqüentemente os produtores menores não poderiam tornar-se mais competitivos utilizando-se dos avanços tecnológicos disponíveis.

Entretanto, não foi somente o processo de beneficiamento do café que utilizou-se de meios oriundos dos avanços tecnológicos. O transporte foi fortemente influenciado por isto. O papel das estradas de ferro teve fundamental importância para consolidar a indústria cafeeira no país. A utilização de animais de carga no escoamento da produção retardava bastante a chegada da produção no local de embarque além de fazê-la em quantidades pe-

quenas. "O desenvolvimento da economia cafeeira não teria sido possível sem as estradas de ferro. As antigas tropas de mulas não podiam escoar uma grande produção espalhada por milhares de quilômetros. Com as estradas de ferro as distancias deixaram de ser obstáculo importante."⁽⁴³⁾ A primeira ferrovia do café foi a Sociedade de Estradas de Ferro Pedro II, implementada através da organização do governo imperial, tendo começado o seu funcionamento em 1859. Inicialmente ela alcança o Vale do Paraíba atingindo depois o Norte de São Paulo e Sudeste de Minas Gerais. Em função da utilização do transporte ferroviário para o escoamento da produção cafeeira, tem-se uma significativa redução nos custos. Em Sérgio Silva encontramos que "somente para o ano de 1868 essa economia (referindo-se à redução nos custos) é estimada em mais de 10% do valor total das exportações brasileiras de café."⁽⁴⁴⁾ Além disso, foi através da construção e operação das estradas de ferro, como citado anteriormente que iniciou-se o primeiro eixo de assalariamento no país.

A partir dos anos 1860 tem-se uma acentuada expansão das estradas de ferro principalmente nas regiões produtoras de café, como demonstrado a seguir:

(43) SILVA, Sérgio, p. 56

(44) Id. Ibid. p.57

EXPANSÃO DAS ESTRADAS DE FERRO, DESDE A CRIAÇÃO
DAS PRIMEIRAS LINHAS EM 1854, A 1929

Em Km

Anos	Região Cafeeira(☛)	Brasil
1854	14,5	14,5
1859	77,9	109,4
1864	163,2	411,3
1869	450,4	713,1
1874	1.053,1	1.357,3
1879	2.359,9	2.895,7
1884	3.830,1	6.324,6
1889	5.590,3	9.076,1
1894	7.676,6	12.474,3
1899	8.713,9	13.980,6
1904	10.212,0	16.023,9
1906	11.281,3	17.340,4
1910	-	21.466,6
1915	-	26.646,6
1920	-	28.556,2
1925	-	32.000,3
1929	18.326,1	32.000,3

Fonte: SILVA, Sérgio. op. cit. p. 58

Em função do desenvolvimento do transporte ferroviário, bem como da mecanização ligada à indústria cafeeira houve um maior suporte para o desenvolvimento da economia brasileira como um todo. Isto foi fundamental para que o processo de industrialização nascente pudesse consolidar-se.

(☛)Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara (antigo distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo.

4. A Industrialização

O processo de industrialização no Brasil acontece de forma atrasada em relação ao desenvolvimento capitalista dos principais países do mundo que dispuseram e utilizaram em larga escala dos avanços tecnológicos oriundos da Primeira Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII. Este fato encontra explicação na própria condição de colônia a que estava submetido o Brasil, oficialmente até 1822, onde toda a economia brasileira estava atrelada e totalmente subserviente aos interesses e necessidades da acumulação externa de capital. Por outro lado, o escravismo, resultante dos interesses do capital mercantil metropolitano, impediu a formação de um mercado, por não permitir o desenvolvimento da divisão social do trabalho.

A economia brasileira passa, com o tempo por profundas transformações. A condição de colônia já muda em 1808 com a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. O fortalecimento da economia cafeeira a partir da segunda década do século XIX trouxe consigo profundas transformações, sejam ligadas às relações de produção até então vigentes, sejam relacionadas à estrutura produtiva. A cafeicultura, com o decorrer do tempo passa a exigir cada vez mais a utilização do trabalho livre em detrimento

do uso de mão-de-obra escrava. Além disso o desenvolvimento da economia cafeeira tem um efeito dinamizador sobre toda a economia. A construção de uma extensa rede ferroviária que facilitava o escoamento da produção cafeeira, a modernização e implantação de novos portos para viabilizar a exportação da safra, além do desenvolvimento do setor bancário são condicionantes, dentre outros, que a nível interno lançam bases para a industrialização do país.

No entanto, todos esses avanços estão condicionados a interesses do capital mercantil. A redefinição da divisão internacional do trabalho abria espaço para a industrialização dos países periféricos. Cada vez mais, com a hegemonia do capitalismo nos países industrializados, era fortalecido o interesse destes em exportar bens de capital para os países de economia predominantemente agrária. Deixava-se de lado a política de vender produtos industrializados para estes países em troca de matéria-prima e produtos primários, para incrementar-se a exportação de capitais através da venda de máquinas para o beneficiamento do café, ferrovias, locomotivas, além de equipamentos portuários.

São portanto, uma amálgama de condicionantes internos amparados por uma situação conjuntural internacional que determinaram a gênese e a consolidação do processo de industrialização no país, principalmente a partir dos anos 1880. No entanto, esse

processo de industrialização, na verdade, a nível interno, encontrou raízes na era colonial, onde já existiam algumas manufaturas ligadas aos engenhos, a manufatura de tecidos para as vestimentas dos escravos, além de outras atividades atreladas à mineração, como a metalurgia rudimentar. Porém, essas atividades apresentavam-se de forma complementar à economia canavieira ou mineradora, sem uma dinâmica própria. Segundo Caio Prado Jr., a indústria artesanal nascente no país cai com a abertura dos portos em 1808, que concedia privilégios aos produtos estrangeiros, principalmente ingleses que entrassem no país. "Não somente se abriram os portos, mas permitiu-se que as mercadorias estrangeiras viessem concorrer no mercado brasileiro em igualdade de condições com a produção interna, graças a tarifas alfandegárias muito baixas (15% ad valorem) que se mantiveram até 1844. As débeis manufaturas brasileiras, já tão embaraçadas pelas precárias condições econômicas e sociais do país, sofrem com isto um golpe de morte." (***) Porém, parece-nos claro entender que isto influenciou negativamente o desenvolvimento das manufaturas a partir da segunda década do século XIX, não sendo no entanto a abertura dos portos o fator preponderante. A nível interno não havia a premissa básica para o desenvolvimento de produção em larga escala, qual seja a existência de um amplo mercado.

(***)PRADO, Caio Jr. op. cit. p. 257

As condições internas desfavoráveis ao fortalecimento da manufatura brasileira são revertidas a partir da segunda metade do século XIX com a subvenção governamental à imigração. No entanto, o crescimento industrial já acontece antes disso. Em represália ao protecionismo inglês o governo brasileiro através das tarifas Alves Branco, de 1844, eleva as taxas de importação. Segundo Noya Pinto: "o ministro da Fazenda, Alves Branco, além de revidar ao tratamento do açúcar brasileiro na Inglaterra, visava preencher o deficit do Estado como também proteger os capitais nacionais já empregados dentro do país em alguma indústria fabril, e animar outros a procurarem igual destino. Conseqüência imediata das novas tarifas foi a dificuldade das importações, estimulando assim o aparecimento das primeiras indústrias nativas."⁽⁴⁷⁾ O surgimento dessas indústrias também aconteceu, em decorrência da extinção do tráfico negreiro em 1850 que deixou disponível o capital mercantil nele invertido, determinando que o mesmo fosse aplicado de forma diversificada, dinamizando alguns setores da economia brasileira. É importante verificar o grande crescimento do número de patentes industriais concedidas a partir de 1850, como a seguir demonstrado:

(47) PINTO, Virgilio Noya, op. cit. p. 136

Quinquênios	No. de Patentes Expedidas
1831-35	1
1836-40	4
1841-45	1
1846-50	15
1851-55	40
1856-60	27
1861-65	41
1866-70	53
1871-75	61
1876-80	294
1881-89	955

Fonte: Pinto, V. Noya, op. cit. p. 138

Temos ainda que citar como fator impulsionador da produção industrial no Brasil na segunda metade do século XIX as desvalorizações cambiais a partir de 1822, que encareciam os produtos importados. Além disso o Brasil contou com uma grande disponibilidade de algodão, matéria-prima utilizada na indústria têxtil, o que incentivou a sua expansão. Por outro lado torna-se imperativo destacar a grande oferta de mão-de-obra decorrente da forte imigração subvencionada inicialmente pelo governo de São Paulo e mais tarde pelo próprio governo central que determinou baixos salários. Em função dessas condições favoráveis será desenvolvida a rudimentar indústria brasileira.

O principal surto industrial do país na gênese do seu processo de industrialização aconteceu a partir dos anos 1880.

"Em 1885, registra-se em São Paulo o funcionamento de 13 fábricas têxteis com 1.670 operários e 3 fábricas de chapéus com 315 operários. No mesmo ano e no mesmo estado sabemos ainda da existência de 7 empresas metalúrgicas que reúnem cerca de 500 operários. Em 1889, conta-se no Brasil 636 empresas industriais onde trabalham 54 mil operários."(48) Segundo Caio Prado Jr., "o número de estabelecimentos industriais, de pouco mais de 200 em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600. O capital investido sobe então a 400.000 contos (cerca de 25 milhões de libras), sendo 60% na indústria têxtil, 15% na de alimentação, 10% na de produtos químicos e análogos, 4% na indústria de madeira, 3,5% na de vestuário e objetos de tocador, 3% na metalurgia." (49)

Ainda a nível interno é importante ressaltar que outros fatores foram relevantes para impulsionar a indústria nascente. A partir de 1886 tem-se uma constante elevação dos preços do café no mercado internacional, em função do crescimento da demanda a nível mundial, principalmente do mercado norte-americano. Paralelamente a isto, de 1887 a 1890, tem-se uma forte restrição na oferta do café, consequência da quebra da safra do Brasil neste mesmo período, que contribuiu para a elevação de preços. Por outro lado a forte imigração contribuiu para o barateamento da força de trabalho. "Há, portanto, uma contínua elevação das margens

(48) SILVA, Sérgio, op. cit. p. 77

(49) PRADO, Caio Jr. op. cit. p. 259

de lucro entre 1886 e 1890, decorrente da elevação de preços e da queda acentuada dos salários monetários; entre 1891 e 1894, devido à subida dos preços internos, ainda que cadentes os preços internacionais, em proporção superior ao aumento dos salários monetários. Entre 1895 e 1898, as margens de lucro se contraem, dadas a baixa dos preços internos e a constância dos salários monetários, encurtando porém, menos que o fariam se a queda dos preços internacionais se transferisse integralmente, aos preços internos." (70) A queda na rentabilidade era compensada pela flexibilidade nos salários ou através da política cambial que tornava mais barato máquinas e equipamentos importados ou mesmo através das taxas alfandegárias.

O desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil, desde a sua gênese acontece de forma desigual entre as várias regiões do país. Inicialmente ela concentra-se predominantemente na região produtora de café, principalmente no antigo Distrito Federal e São Paulo. "Essas duas unidades da Federação realizam 49% do valor da produção industrial em 1907 e 52% em 1920. Finalmente, é no Estado de São Paulo que a indústria cresce mais rapidamente: 17% do valor da produção em 1907 e 32% em 1920, contra 33 e 21%, respectivamente, no antigo Distrito Federal." (71)

Em 1907 foi realizado o primeiro censo industrial do país. Nele foram encontrados "3.258 estabelecimentos industriais

(70) MELLO, J. M. Cardoso de, op. cit. p. 127.

(71) SILVA, Sérgio, op. cit. p. 80

com 665.663\$000 de capital, e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro estado alcançará 5%. Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tornaria logo o maior produtor do país com a parcela de 40% do total."(72) Esse caráter concentrado da indústria brasileira principalmente na região sudeste já na sua fase inicial é compreensível. O Estado de São Paulo teve grande prosperidade com a economia cafeeira. Em função dela acumulou e atraiu grandes contingentes populacionais dentre eles imigrantes europeus melhor habilitados tecnicamente. Segundo Caio Prado Jr., um outro fator contribuiu para a preponderância das indústrias brasileiras naquele Estado, qual seja a sua abundância de "energia hidráulica" que seria aproveitável para produzir energia elétrica. Em 1901 começa a funcionar a primeira usina elétrica de São Paulo.

O período que compreende a primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918) determinará grandes mudanças na indústria nacional. Em função do conflito houve uma acentuada redução das importações para o Brasil além de uma desvalorização cambial que tornou mais competitivos os produtos brasileiros. "No primeiro censo posterior à Grande Guerra, realizado em 1920, os estabelecimentos

(72) PRADO, Caio Jr., op. cit. p. 260

industriais arrolados somarão 13.336, com 1.815.156 contos de capital e 275.512 operários." (73) E o que é marcante, cerca de 45% desses estabelecimentos foram fundados no período de 1915 a 1919, comprovando a importância da Primeira Grande Guerra Mundial para o crescimento industrial do Brasil. Ainda em função da Guerra verificou-se no início dos anos 1920 o crescimento da importância da indústria alimentícia no cenário nacional, através da elevação das importações de carne pelos países beligerantes. Isto contribuiu para o fortalecimento da economia do Rio Grande do Sul, além de fortalecer a hegemonia do Estado de São Paulo por possuir estes grandes rebanhos.

No entanto a indústria brasileira na sua plenitude apresenta-se já na sua primeira fase de existência bastante frágil. Se por um lado as constantes desvalorizações cambiais protegiam a indústria nascente, por outro dificultavam a modernização do "parque industrial" pelo encarecimento das importações. Além disso, não havia uma política paralela de desenvolvimento tecnológico que garantisse ao longo do tempo um caráter de auto-sustentação para as indústrias do país. Isto as tornava vulneráveis, sensíveis a qualquer mudança na política financeira.

A prosperidade econômica perdura após cessar a Primeira Guerra Mundial, no entanto, a partir de 1924 tem-se uma inversão da situação vigente. Ocorre a partir desta data uma revalorização

(73) Id. Ibid. p. 261

da moeda que se estende até por volta de 1927. A política de valorização do café neste período fortalece o comércio exterior. Além disso aumenta-se a entrada de capitais estrangeiros em nosso país, determinando uma situação favorável no estoque de reservas brasileiras. Em função disso, crescem as importações, pondo em dificuldades as indústrias instaladas no Brasil. "O período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência." (74)

No entanto, os anos 20 na sua totalidade são importantes para a consolidação do processo de industrialização do país. Apesar das variações cíclicas, "o desenvolvimento industrial nos anos 20 está marcado, em primeiro lugar, por profunda modernização da indústria de bens de consumo assalariado." (75) Em 1926 há segundo João Manuel Cardoso de Mello uma crise industrial. Já no período 1927-28 há um aumento da produção devido ao crescimento do grau de proteção advindo da desvalorização cambial, além da elevação do consumo médio global pela expansão cafeeira neste período. Além disso, nesta década, verifica-se uma outra característica da indústria nacional, qual seja a diferenciação da estrutura produtiva. Exemplo disto foi a ampliação da produção de aço além da implantação da indústria de cimento com a fundação da Companhia Brasileira de Cimento Portland em 1924. A partir de 1929 inicia-se a grande depressão mundial que mantém reflexos na

(74) PRADO, Caio Jr., op. cit. p. 266.

(75) MELLO, J.M. Cardoso de, op. cit. p. 163.

economia do país. No entanto, a base da indústria brasileira está definitivamente implantada. "O período que se estende de 1888 a 1933 marca portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial." (7*)

Condicionantes internos aconteceram para justificar a industrialização brasileira desde sua gênese. Porém sempre dentro de uma ótica de dependência, seja ela econômica, política ou tecnológica do Brasil em relação aos países de capitalismo mais avançado. O processo de industrialização do país não ocorreu em função do desenvolvimento gradual do artesanato para a manufatura e desta para a grande fábrica tal como se deu no capitalismo originário. Em função disto só restava à indústria nascente brasileira desenvolver-se diante de um fraco poder de encadeamento, devido à sua extrema verticalização, que com o passar do tempo a tornava menos autônoma e portanto, mais dependente. Na década de 20 ocorreu certa ruptura dessa estrutura verticalizada, propiciada pela distribuição de energia elétrica e desenvolvimento urbano, principalmente de São Paulo, e que foi responsável pela expansão do número de estabelecimentos e maior nível de encadeamento inter-industrial. Apesar de tudo a estrutura inter-industrial se ressentia da ausência de unidades produtoras de bens de capital, decorrendo daí o conceito de "capitalismo tardio" empregado por J. M. Cardoso de Mello. O crescimento industrial brasileiro continuava restringido pela capacidade de importar bens de capital.

(7*)MELLO, J. M. Cardoso de, op. cit. p. 109.

CONCLUSÃO

A história econômica brasileira representa a moldagem daquilo que fomos no passado e que se espelha no presente. O colonialismo que subjugou nosso país ao domínio lusitano, na verdade, nos vestiu a roupagem de uma sociedade dominada por mais de trezentos anos, até à "Independência" brasileira. O escravismo, como um modo de produção profundamente excludente, definidor de verdadeiras "castas sociais" enraizadas em solo fértil, complementou esse quadro.

No entanto, estas condições a que estava submetido o país em formação não representam a justificativa em si da perpetuação da sua situação de subserviência mesmo após a conquista de sua "Independência". O simples fato de termos sido colônia portuguesa até o início do século XIX e preservarmos o escravismo até a década dos anos 1880, necessariamente não teriam que fazer prolongar até nossos dias a nossa dependência à nível internacional ou as nossas desigualdades internas até o presente. Os Estados Unidos da América também trilharam pelos mesmos caminhos, sendo atualmente, no entanto, a maior potência do mundo, muito embora não tenham conseguido eliminar as suas diferenças sociais internas.

Entretanto, parece estar claro que o fator que nos diferencia como povo tem indubitavelmente um componente sócio-cultural que descende à nossa formação histórica. A questão da dependência e da falta de autonomia ainda presentes, acontece em função da inexistência de uma ruptura ao longo de nossa história, que realmente promovesse mudanças. Isto certamente é o que assegura nossa fraqueza econômica e dependência a que ainda hoje estamos submetidos.

Más a questão da dependência é mais complexa e abrangente, refletindo-se inclusive no âmbito da tecnologia. É desde o início do processo de industrialização nacional que dependemos de países mais avançados para a modernização e expansão das indústrias instaladas no país. A gênese do processo de industrialização aconteceu de uma forma invertida no Brasil, através principalmente da importação de bens de capital, eliminando-se a possibilidade de um encadeamento inter e intra-setorial que promovesse a auto-sustentação da indústria nacional. Isto foi fortemente influenciado pela inexistência de uma política educacional e científica autêntica voltadas para os interesses do país e que se refletisse em desenvolvimento tecnológico. A retórica de falta de capitais nacionais para isto não é verdadeira, uma vez que nas últimas décadas do século XIX houve grande remessa deles (capitais) para o exterior, através de pagamentos de juros e amortizações de empréstimos contraídos principalmente junto aos ingleses.

Na realidade, o que faltava era vontade política para mudanças e interesse para transformações. A nível externo havia na gênese do processo de industrialização nacional um capitalismo em expansão interessado na industrialização dos países periféricos, o que lhe garantiria a exportação de máquinas e equipamentos, além da remessa de lucros das suas subsidiárias instaladas nos países subdesenvolvidos. Além disso, o endividamento destes garantia às nações emergentes e industrializadas uma fonte adicional de espoliação, quando do pagamento de encargos dessa dívida.

A nível interno tinha-se uma elite privilegiada fortemente dependente da manutenção do estado vigente para garantir sua posição econômica e social. Organizados e fortemente representados nos meandros governamentais, defendiam seus interesses de forma segura e consistente, não permitindo qualquer transformação que pusesse em risco os seus privilégios. Através da utilização do Estado em seu proveito conseguiam repartir com a sociedade seus eventuais prejuízos, abocanhando sozinhos lucros líquidos e quase sempre certos.

O colonialismo, no seu sentido estrito de inexistência de autonomia de um país em relação ao exterior, parece ainda persistir para os brasileiros. Isto se reflete no âmbito tecnológico e também cultural. Neste último sentido em nós se manifesta por exemplo quando persiste em nosso povo a ausência do coletivismo, onde cada indivíduo ou agente econômico trata de guiar-se segun-

do seus próprios interesses. Então surge dentre tantas "aberrações econômicas" presentes no Brasil o complexo e até então indestrutível "monstro inflacionário" que resiste a pacotes e que triunfa sobre os sucessivos planos econômicos.

Entretanto não estamos somente sob o domínio do "colonialismo". Em nosso país, na medida em que uma massa de excluídos e desassistidos predomina em nossa sociedade, podemos concluir também na persistência de um "escravismo disfarçado" nos moldes do colonato que esteve vigente a partir do século XIX, na medida em que essa grande parcela de nossa população, além de não usufruir da riqueza nacional, também não participa das decisões que nortearão os rumos a serem tomados pelo país. No entanto, não é só imaginando 32 milhões de miseráveis que chegamos a este quadro. Se analisarmos a situação um pouco menos famélica de nossos trabalhadores, veremos a desproporção entre seus salários recebidos e o que seria necessário para garantir-lhes a digna sobrevivência. Ainda está presente em nossa sociedade a idéia de que os detentores dos meios de produção também são os donos da própria força de trabalho, nos moldes do escravismo, como ressalta José de Souza Martins.

Muito embora a história econômica brasileira seja frequentemente desprezada por nós economistas, ela, na realidade apresenta-se como o caminho para o entendimento de nossas fraquezas e também pode mostrar-nos a forma adequada de corrigirmos

nossas contradições, minimizando nossas desigualdades.

O Brasil hoje, passa por um período profundamente difícil de sua história, talvez sem precedentes nela. O momento exige que a resolução dos nossos problemas aconteça através de soluções que promovam o rompimento da cultura colonialista, formada em quase cinco séculos a partir do descobrimento de nosso território.

Este trabalho de pesquisa, não pretendeu a utopia de encontrar uma receita para corrigir nossos erros, mas objetiva o autor, além do aprendizado pessoal, denunciar a forma equivocada como nós brasileiros enfrentamos nossos problemas.

A nós economistas cabe a humilde e inteligente decisão de tratarmos a Ciência Econômica como estando ela no âmbito social, regida por infinitas variáveis, onde a previsibilidade não passa de uma estatística. Os modelos matemáticos, devemos utilizá-los não como dogmas que trazem em si a sua própria justificativa, mas como uma ferramenta útil, porém não absoluta para tirarmos nossas conclusões.

Antonio Horacio Barbosa Junior

Fortaleza, Dezembro de 1993

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Antonio Barros de, *As mãos e os Pés do Senhor de Engenho - Dinâmica do Escravismo Colonial*, IN Pinheiro, Paulo Sérgio, org. Trabalho Escravo, Economia e Sociedade, Editora Paz e Terra, 1978.

FERLINI, Vera Lucia Amaral, *Terra Trabalho e Poder*, Editora Brasiliense.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1985 (20ª Edição).

GORENDER, Jacob, *O Escravismo Colonial*, Editora Atica, São Paulo, 1980.

MANCHESTER, Alan K., *Preminência Inglesa no Brasil*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. Editora Hucitec, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*, Editora Brasiliense, 1984, (3ª edição).

NOVAIS, Fernando A. *O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial*. IN Mota, Carlos Guilherme, org., *Brasil em Perspectiva*. Difusão Editorial, 1978.

PINTO, Virgílio Noya, *Balço das Transformações Econômicas no Século XIX*. IN Carlos Guilherme, org. Difusão Editorial.

PRADO, Caio Jr., *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, 1980 (24ª Edição).

SILVA, Sérgio, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, Editora Alfa-Omega, 1976.

SINGER, Paul, *A Formação da Classe Operária*, Editora da Unicamp e Atual editora, 3ª Edição.

SMITH, Roberto, *Propriedade da Terra e Transição*, Editora Brasiliense, 1990.

STOLCKE, Verena, *Cafecultura - Homens Mulheres e Capital*. Editora Brasiliense, 1986.